

Embpar S/A

EMBPART PARTICIPAÇÕES S.A.
COMPANHIA ABERTA – CVM Nº 01545-8
CNPJ/MF Nº 42.331.462/0001-31
NIRE 4130001526-1

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Data: 18 de Outubro de 2023
Horário: 11:00

Embpar S/A

EMBPART PARTICIPAÇÕES S.A.
COMPANHIA ABERTA – CVM Nº 01545-8
CNPJ/MF Nº 42.331.462/0001-31
NIRE 4130001526-1

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA COMPANHIA A SER
DELIBERADO EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA NO DIA 18 DE
OUTUBRO DE 2023, ÀS 11:00**

Senhores Acionistas,

O Conselho de Administração da **EMBPART PARTICIPAÇÕES S.A.** ("Companhia"), na forma do artigo 10º, § 2º do Estatuto Social da Companhia ("Estatuto Social"), convoca os Senhores Acionistas para a assembleia geral extraordinária ("AGE") a se realizar às 11h00 do dia 18 de outubro de 2023, na sede da Companhia, localizada na Alameda Bom Pastor, nº 3.700, Bairro Barro Preto, São Jose dos Pinhais/Paraná, para deliberar sobre:

1. A Redução de Capital (conforme abaixo definida);
2. A consequente alteração do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social (conforme abaixo definida), a fim de contemplar o novo valor do capital social após a Redução de Capital;
3. A aprovação das informações financeiras individuais relativas ao período de sete meses compreendido entre 31 de dezembro de 2022 e 31 de julho de 2023, da **COTRASA VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA.**, sociedade empresária limitada, registrada no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 24.951.802/0001-45 ("Cotrasa Veículos"), conforme o **Anexo VII** à essa proposta; e
4. Aprovação do laudo de avaliação, realizado pelos peritos avaliadores Sra. **Daiane Pedroso Guillarducci**, brasileira, casada, portadora do registro geral ("RG") nº 8.796.435-3 SSP/PR, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob nº 008.902.999-27, Sra. **Terezinha do Rocio Machado Wendler**, brasileira, casada, portadora do RG nº 3.764.739-O PR, inscrita no CPF/MF sob nº 748.047.159-91 e **Moacir José Krainz**, brasileiro, casado, portador do RG nº 2.374.464 SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob nº 612.050.289-00, com a finalidade de atribuir valor às ações da **COTRASA PARTICIPAÇÕES S.A.**, companhia fechada, registrada no CNPJ/MF sob o nº 51.224.056/0001-60 ("Cotrasa Participações"), a qual passou, em 31 de julho de 2023, a consolidar a totalidade da participação da Companhia na Cotrasa Veículos, conforme o **Anexo V** à essa proposta.

Considerando que a administração da Companhia entende que o seu capital social tornou-se excessivo para o desenvolvimento das suas atividades operacionais e da consecução de seus objetivos sociais, propomos, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”), a redução do capital social da Companhia, no montante de R\$ 11.339.881,46 (onze milhões, trezentos e trinta e nove mil, oitocentos e oitenta e um reais e quarenta e seis centavos), passando **de** R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais) **para** R\$ 33.660.118,54 (trinta e três milhões seiscentos e sessenta mil cento e dezoito reais e cinquenta e quatro centavos). Se aprovada, a redução de capital ocorrerá: **(a)** mantendo-se inalterado o número de ações da Companhia; **(b)** mediante a entrega de ações de emissão da Cotrasa Participações, atualmente tituladas pela Companhia, aos seus acionistas; e **(c)** com a consequente alteração do *caput* do artigo 5º do estatuto social da Companhia (“Estatuto Social” e “Redução de Capital”, respectivamente).

Caso seja aprovada pela AGE, a Redução de Capital se tornará efetiva 60 (sessenta) dias após a publicação da ata da AGE, ocasião em que a Companhia divulgará aos acionistas os procedimentos, data de pagamento e data de início da negociação *ex a* Redução de Capital. O pagamento da restituição será realizado em bens, mediante entrega, aos acionistas da Companhia, das 14.860.568 (quatorze milhões, oitocentos e sessenta mil, quinhentos e sessenta e oito) ações de emissão da Cotrasa Participações, representativas da totalidade seu capital social, atualmente tituladas pela Companhia, o que perfaz a proporção de 1 (uma) ação de emissão da Cotrasa Participações para cada ação de emissão da Companhia (“Participação Cotrasa”).

Por fim, caso a Redução de Capital ora proposta seja aprovada na AGE, o *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 5º. A sociedade tem o capital social de R\$ 33.660.118,54 (trinta e três milhões seiscentos e sessenta mil cento e dezoito reais e cinquenta e quatro centavos) dividido em 14.860.568 (quatorze milhões, oitocentos e sessenta mil, quinhentos e sessenta e oito) ações ordinárias, sem valor nominal [...].”

Informações Gerais:

(a) Na forma do §4º do artigo 10 do Estatuto Social, somente poderão tomar parte na AGE os acionistas cujas ações estejam registradas em seu nome no extrato fornecido pela instituição depositária (Banco Bradesco S.A.), até 5 (cinco) dias antes da data da realização da AGE;

(b) Para participar na AGE, os senhores acionistas deverão apresentar originais ou cópias autenticadas dos seguintes documentos: **(i)** documento hábil de identidade do acionista ou de seu representante; **(ii)** comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações; e **(iii)** instrumento de procuração, devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do acionista, devidamente acompanhado dos documentos que comprovem os poderes para outorga de procuração;

(c) O depósito de cópia simples dos referidos documentos (*i.e.*, conforme listado no item “b” acima) deverá ser feito com a antecedência de 2 (dois) dias úteis da data da realização da AGE, nos termos do artigo 10, § 7º do Estatuto Social; e

(d) Os Senhores Acionistas poderão participar e votar na AGE por meio de boletim de voto a distância.

Disponibilização dos documentos relacionados à AGE:

Em cumprimento ao quanto dispõe a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 81, de 29 de março de 2022 (“Resolução CVM 81/22”), a administração da Companhia disponibiliza aos acionistas os seguintes documentos, que seguem na forma de anexos à presente:

Anexo I: Informações indicadas no Anexo E da Resolução CVM 81/22 (conforme Artigo 17 da Resolução CVM 81/22)

Anexo II: Proposta da Administração para a Reforma do Estatuto Social

Anexo III: Estatuto Social Consolidado com as alterações propostas

Anexo IV: Estatuto Social da Cotrasa Participações

Anexo V: Laudo de Avaliação da Redução de Capital Social

Anexo VI: Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

Anexo VII: Informações Financeiras Individuais da Cotrasa Veículos referentes ao período de sete meses compreendido entre 31 de dezembro de 2022 e 31 de julho de 2023

Anexo VIII: Atos societários arquivados pela Cotrasa Participações nos últimos 12 (doze) meses

Os documentos também encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, e na página de relações de investidores da Companhia (<https://embpar.com.br/relacoes-com-os-investidores/>), bem como na página da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (https://www.b3.com.br/pt_br/institucional), bem como a presente proposta da administração e os demais documentos relacionados às matérias constantes na ordem do dia da AGE.

São Jose dos Pinhais, 18 de outubro de 2023

EMBPARTICIPAÇÕES S.A.

Luciano Ribas Battistella

Diretor de Relações com Investidores

ANEXO I
PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA COMPANHIA A SER DELIBERADO EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2023, ÀS 11:00

INFORMAÇÕES INDICADAS NO ANEXO E DA RESOLUÇÃO CVM 81/22 (CONFORME ARTIGO 17 DA RESOLUÇÃO CVM 81/22)

1. Informar o valor da redução e do novo capital social:

A redução do capital social é no montante de R\$ 11.339.881,46 (onze milhões, trezentos e trinta e nove mil, oitocentos e oitenta e um reais e quarenta e seis centavos), totalizando um novo capital social no valor de R\$ 33.660.118,54 (trinta e três milhões seiscentos e sessenta mil cento e dezoito reais e cinquenta e quatro centavos), dividido em 14.860.568 (quatorze milhões, oitocentos e sessenta mil, quinhentos e sessenta e oito) ações ordinárias, sem valor nominal.

2. Explicar, pormenorizadamente, as razões, a forma e as consequências da redução:

A matéria a ser oportunamente apresentada e votada na assembleia geral extraordinária (“AGE”) reflete o acompanhamento da administração no desenvolvimento dos negócios da Companhia e a adequação de capital às suas necessidades operacionais. Neste contexto, considerando que a administração da Companhia entende que o capital social atual tornou-se excessivo para o desenvolvimento dos negócios da Companhia e para a consecução de seus objetivos sociais, a redução de capital ora proposta consiste no montante de R\$ 11.339.881,46 (onze milhões, trezentos e trinta e nove mil, oitocentos e oitenta e um reais e quarenta e seis centavos), sem cancelamento de ações. A redução de capital ocorrerá: **(a)** mantendo-se inalterado o número de ações da Companhia; **(b)** mediante a entrega de ações de emissão da **COTRASA PARTICIPAÇÕES S.A.**, companhia fechada, registrada no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 51.224.056/0001-60 (“Cotrasa Participações”), atualmente tituladas pela Companhia, aos seus acionistas; e **(c)** com a consequente alteração do *caput* do artigo 5º do estatuto social da Companhia (“Estatuto Social” e “Redução de Capital”, respectivamente).

Caso seja aprovada a proposta de Redução de Capital pela AGE, a Companhia deverá: **(i)** publicar a ata de AGE no Diário Oficial do Estado do Paraná e no Jornal Metrópole para início da contagem do prazo de 60 (sessenta) dias para oposição de credores quirografários, conforme artigo 174, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”); **(ii)** protocolar a ata da AGE na Junta Comercial do Estado do Paraná, após o transcurso do prazo de 60 (sessenta) dias acima mencionado, para que seja realizado o competente registro da referida ata; e **(iii)** restituir aos acionistas parte do valor de suas ações em bens, mediante a entrega aos acionistas da Companhia das ações emitidas pela Cotrasa Participações, que são atualmente tituladas pela Companhia. Para cada ação de emissão da Companhia titulada pelo respectivo acionista, será entregue 1 (uma) ação de emissão da Cotrasa Participações, mantendo-se a mesma

proporção da participação societária hoje verificada na Companhia. Após decorrido o prazo legal de 60 (sessenta) dias sem que tenha havido qualquer manifestação contrária de credores que venha a inviabilizar a redução ora proposta, a administração divulgará os procedimentos para recebimento da restituição, data de pagamento e data de início da negociação ex redução.

A administração da Companhia entende que os negócios atualmente exercidos pelas suas duas controladas não são complementares entre si. A Cotrasa Veículos atua no comércio de caminhões e ônibus da marca SCANIA, através de concessionárias autorizadas, realizando ainda a venda de acessórios e a prestação de serviços de assistência técnica para tais veículos. A outra controlada da Companhia, a Batistella Indústria e Comércio Ltda., atua na industrialização e comércio de madeiras e seus derivados para os setores moveleiro e construção civil, atividade que não possui sinergias diretas com a atividade exercida pela Cotrasa Veículos. Portanto, a Redução de Capital da Companhia ora pretendida visa segregar as atividades operacionais e simplificar a estrutura acionária da Companhia, mediante a entrega aos seus acionistas de ações da Cotrasa Participações.

Adicionalmente, o *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação

“Artigo 5º. A sociedade tem o capital social de R\$ 33.660.118,54 (trinta e três milhões seiscentos e sessenta mil cento e dezoito reais e cinquenta e quatro centavos) dividido em 14.860.568 (quatorze milhões, oitocentos e sessenta mil, quinhentos e sessenta e oito) ações ordinárias, sem valor nominal. [...]”

3. Fornecer cópia do parecer do conselho fiscal, caso esteja em funcionamento, quando a proposta de redução do capital social for de iniciativa dos administradores:

Não aplicável.

4. Informar, conforme o caso:

(a) o valor da restituição por ação

O valor de restituição por ação aos acionistas, considerando a Redução de Capital sem o cancelamento de ações, será de R\$ 0,7637 para cada ação ordinária.

(b) valor da diminuição do valor das ações à importância das entradas, no caso de capital não integralizado

Não aplicável, o capital social da Companhia é totalmente integralizado.

(c) a quantidade de ações objeto da redução

Não haverá diminuição no número de ações, mantendo-se, assim, inalterado o percentual de participação dos acionistas no capital social da Companhia.

5. Informações Adicionais:

No intuito de disponibilizar aos acionistas da Companhia o maior nível de *disclosure* possível sobre a redução de capital, a administração preparou informações financeiras individuais da Cotrasa Veículos, relativas ao período de sete meses compreendido entre 31 de dezembro de 2022 e 31 de julho de 2023, conforme o Anexo VII à proposta da administração ("DF Cotrasa Veículos").

Ressalta-se que, caso aprovada a redução de capital, serão entregues aos acionistas ações de emissão da Cotrasa Participações. A Cotrasa Participações foi constituída em 28 de junho de 2023, e, a partir de 31 de julho de 2023, passou a consolidar 100% (cem por cento) das ações de emissão da Cotrasa Veículos.

Considerando que a Cotrasa Participações não teve movimentações financeiras em montante relevante desde a sua constituição até a data em que as quotas de emissão da Cotrasa Veículos passaram a entregar o seu patrimônio líquido, a administração da Companhia entende que a DF Cotrasa Veículos representa de maneira adequada a situação patrimonial e financeira da Cotrasa Participações.

Adicionalmente, a administração disponibilizou o estatuto social da Cotrasa Participações, conforme o Anexo III da proposta da administração, para que todos os acionistas da Companhia tenham acesso às regras lá previstas.

A administração da Companhia se compromete a disponibilizar outras informações que venham a ser solicitadas pelos acionistas, e que, no entendimento da administração, sejam relevantes informações solicitadas pelos acionistas e que sejam adequadas para o entendimento dos acionistas da Companhia sobre as características das ações da Cotrasa Participações. Caso sejam identificadas informações nesse sentido, a Companhia disponibilizará as mesmas a todos os acionistas, simultaneamente, mediante divulgação de comunicado ao mercado neste sentido.

São Jose dos Pinhais, 18 de outubro de 2023

EMBPARTICIPAÇÕES S.A.

Luciano Ribas Battistella

Diretor de Relações com Investidores

ANEXO II

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA COMPANHIA A SER DELIBERADO EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2023, ÀS 11:00

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA

Redação Original	Proposta de Modificação	Origem e Justificativa das Alterações Propostas com Análise dos seus Efeitos Jurídicos e Econômicos
<p>“Artigo 5º. A sociedade tem o capital social de R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais) dividido em 14.860.568 (quatorze milhões, oitocentos e sessenta mil, quinhentos e sessenta e oito) ações ordinárias, sem valor nominal.</p> <p>Parágrafo 1º – As ações terão as formas nominativas, escriturais e poderão ser mantidas em contas de depósitos, em nome de seus titulares, sem a emissão de certificados, em instituição financeira autorizada e que seja designada nos termos dos artigos 34 e 35 da Lei nº 6.404/76.</p> <p>Parágrafo 2º – À instituição depositária das ações escriturais é facultada a cobrança dos serviços de transferência da propriedade das ações, observando o disposto no parágrafo 3º do artigo 35 da Lei 6.404/76.</p> <p>Parágrafo 3º – Cada ação ordinária confere a seu</p>	<p>“Artigo 5º. A sociedade tem o capital social de R\$ 33.660.118,54 (trinta e três milhões seiscentos e sessenta mil cento e dezoito reais e cinquenta e quatro centavos) dividido em 14.860.568 (quatorze milhões, oitocentos e sessenta mil, quinhentos e sessenta e oito) ações ordinárias, sem valor nominal.</p> <p>Parágrafo 1º – As ações terão as formas nominativas, escriturais e poderão ser mantidas em contas de depósitos, em nome de seus titulares, sem a emissão de certificados, em instituição financeira autorizada e que seja designada nos termos dos artigos 34 e 35 da Lei nº 6.404/76.</p> <p>Parágrafo 2º – À instituição depositária das ações escriturais é facultada a cobrança dos serviços de transferência da propriedade das ações, observando o disposto no parágrafo 3º do artigo</p>	<p>As alterações propostas têm por finalidade refletir as matérias submetidas à Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, não se vislumbrando outros efeitos jurídicos e econômicos, além daqueles já mencionados ao longo da presente proposta.</p>

<p>titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.</p> <p>Parágrafo 4º – A Companhia poderá, mediante autorização do Conselho de Administração, adquirir ações de sua própria emissão, mantê-las em tesouraria, cancelá-las ou aliená-las, nos termos e condições previstos em lei.”</p>	<p>35 da Lei 6.404/76.</p> <p>Parágrafo 3º – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.</p> <p>Parágrafo 4º – A Companhia poderá, mediante autorização do Conselho de Administração, adquirir ações de sua própria emissão, mantê-las em tesouraria, cancelá-las ou aliená-las, nos termos e condições previstos em lei.”</p>	
--	--	--

São Jose dos Pinhais, 18 de outubro de 2023

EMBPARTICIPAÇÕES S.A.

Luciano Ribas Battistella

Diretor de Relações com Investidores

ANEXO III
PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA COMPANHIA A SER DELIBERADO EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2023, ÀS 11:00

ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA CONSOLIDADO

EMBPART PARTICIPAÇÕES S.A.
COMPANHIA ABERTA – CVM Nº 01545-8
CNPJ/MF Nº 42.331.462/0001-31
NIRE 4130001526-1

ESTATUTO SOCIAL
CAPÍTULO I
DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º – Artigo 1º – A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto, que gira sobre a denominação de **Embpar Participações S.A.**, regendo-se por este Estatuto Social e pelas disposições legais pertinentes.

Artigo 2º – A Companhia tem sede, foro e domicílio na Cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, na Alameda Bom Pastor, nº 3.700, Lote A, sala 06, Bairro Barro Preto, CEP 83.015-140, podendo, por deliberação do Conselho de Administração, abrir, instalar, manter, alterar o endereço e extinguir filiais, armazéns, depósitos e escritórios em qualquer parte do território nacional ou no exterior, atribuindo-lhes capital autônomo, destacado daquele da Matriz.

Artigo 3º – A Companhia tem por objeto:

- (i)** Exercer as atividades de participação no capital social de outras empresas e sua administração;
- (ii)** A prestação de serviços de administração de bens, valores mobiliários e imobiliários, próprios ou de terceiros;
- (iii)** Assessoria empresarial, em informática, em intermediação de operação de financiamento, bem como a atividade de correspondente bancário;
- (iv)** Elaboração de estudos, planejamentos, incorporações, participações em empreendimentos;
- (v)** Aquisição, negociação e administração de ativos patrimoniais de pessoas jurídicas, direitos creditórios de empresas comerciais e industriais decorrentes de produção e faturamento de vendas mercantis e fomento comercial;
- (vi)** Atividades de florestamento e de reflorestamento, cultivo, extração, industrialização de produtos de origem vegetal, sementes, mudas, plantas e flores;
- (vii)** Indústria e o Comércio de madeira e seus derivados;

- (viii)** Comércio de Veículos Pesados, novos e usados, suas partes, peças e acessórios decorrentes;
- (ix)** Locação e Manutenção de Veículos Automotores;
- (x)** Comércio de produtos derivados de petróleo, graxas, óleos lubrificantes e combustíveis em geral;
- (xi)** Indústria e Comércio de quadros elétricos de supervisão e comando, de unidade de força, suas partes e peças;
- (xii)** Indústria e Comércio de grupos geradores, baterias estacionárias, conjuntos de moto bombas e equipamentos de irrigação, suas partes, peças e acessórios decorrentes;
- (xiii)** Assistência técnica e instalação de produtos de sua fabricação e comércio ou de terceiros;
- (xiv)** Consultoria técnica em projetos elétricos, mecânicos e industriais, bem como em instalações de equipamentos eletrônicos e mecânicos, em grupos geradores, motores, máquinas e afins;
- (xv)** A prestação de serviços auxiliares do comércio de mercadorias no mercado interno ou externo;
- (xvi)** Representação comercial própria ou por conta de outras empresas no mercado interno e externo;
- (xvii)** Locação e Manutenção de bens, máquinas e equipamentos de sua produção ou de outras empresas;
- (xviii)** Transporte Rodoviário de cargas nacional e internacional;
- (xix)** Comércio de programas e serviços técnicos de informática;
- (xx)** Serviços de comunicação, publicidade e propaganda;
- (xxi)** Comércio de produtos de material de construção, de produtos mobiliários e imobiliários;
- (xxii)** Indústria e Comércio de máquinas, motores em geral, implementos agrícolas e rodoviários, suas partes, peças e acessórios decorrentes, ferragens e ferramentas;
- (xxiii)** Atividade de agropecuária, industrialização de produtos de origem animal, inclusive carnes e de produtos mineral;
- (xxiv)** Comércio de aparelhos eletrônicos, científicos e elétricos;
- (xxv)** Distribuição de rolamentos, buchas, mancais, graxas, correias, partes componentes e produtos correlatos para máquinas, veículos e implementos;
- (xxvi)** Serviços de hotelaria.

Artigo 4º – A Companhia tem prazo de duração indeterminado.

CAPÍTULO II CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º – A sociedade tem o capital social de R\$ 33.660.118,54 (trinta e três milhões seiscentos e sessenta mil cento e dezoito reais e cinquenta e quatro centavos) dividido em 14.860.568 (quatorze milhões, oitocentos e sessenta mil, quinhentos e sessenta e oito) ações ordinárias sem valor nominal.”

Parágrafo 1º – As ações terão as formas nominativas, escriturais e poderão ser mantidas em contas de depósitos, em nome de seus titulares, sem a emissão de certificados, em instituição financeira autorizada e que seja designada nos termos dos artigos 34 e 35 da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo 2º – À instituição depositária das ações escriturais é facultada a cobrança dos serviços de transferência da propriedade das ações, observando o disposto no parágrafo 3º do artigo 35 da Lei 6.404/76.

Parágrafo 3º – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Parágrafo 4º – A Companhia poderá, mediante autorização do Conselho de Administração, adquirir ações de sua própria emissão, mantê-las em tesouraria, cancelá-las ou aliená-las, nos termos e condições previstos em lei.

Artigo 6º – Por deliberação da Assembleia Geral, a Companhia poderá resgatar ações, criar bônus e outros títulos ou instrumentos, criar classes de ações preferenciais mais favorecidas ou promover o aumento de classes já existentes, declarando as vantagens e preferências atribuídas a cada classe, bem como as restrições a que ficarão sujeitas, sem guardar proporção com as demais, observado, para as ações preferenciais sem direito a voto ou sujeitas a restrições nesse direito, o limite de dois terços do total das ações emitidas. Observado esse limite, os aumentos de capital da Companhia poderão ser realizados sem guardar proporção com as ações de cada espécie ou classe.

Parágrafo 1º – As ações preferenciais não terão direito a voto, sendo vedada a sua conversão em outro tipo de ação, ao qual se confira tal direito.

Parágrafo 2º – É assegurado aos titulares de ações preferenciais:

(a) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, calculado com base no valor patrimonial da ação constante do último balanço patrimonial levantado pela Companhia, em caso de liquidação da Companhia;

(b) o direito de receber dividendos iguais aos das ações ordinárias e de serem incluídas em eventual oferta pública de alienação de controle, nas condições previstas no artigo 17, § 1º, III e no artigo 254-A da Lei 6.404/76; e

(c) participação integral nos resultados da Companhia, em igualdade de condições com as ações ordinárias, abrangendo os lucros remanescentes, bem como a distribuição de novas ações decorrentes de aumento de capital, realizados mediante a reavaliação do ativo e a incorporação ao capital social de quaisquer reservas ou fundos.

Artigo 7º – A Companhia está autorizada, na forma legal, a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 480.000.000 (quatrocentos e oitenta milhões) de ações, sendo até 160.000.000 (cento e sessenta milhões) ações ordinárias e até 320.000.000 (trezentos e vinte milhões) ações preferenciais.

Parágrafo 1º – Os aumentos de capital realizados dentro do limite do capital autorizado serão deliberados pelo Conselho de Administração, que fixará as condições de subscrição e integralização respectivas, observadas as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Parágrafo 2º – O Conselho de Administração da Companhia poderá outorgar, dentro do limite de capital autorizado e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, opção de compra, subscrição e integralização de ações a seus administradores e empregados, assim como aos seus administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia.

Artigo 8º – Nos casos de aumento de capital social da Companhia, os acionistas exercerão seu direito de preferência no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do respectivo “Aviso aos Acionistas” consubstanciando as deliberações respectivas, na proporção do número de ações que possuírem.

Parágrafo 1º – Em quaisquer emissões de Títulos e Valores Mobiliários cuja colocação seja feita nos termos do artigo 172 da Lei 6.404/76, o direito de preferência dos acionistas poderá ser excluído ou ter seu prazo reduzido por deliberação competente para a respectiva emissão.

Parágrafo 2º – Observadas as disposições legais aplicáveis, o preço de emissão das ações, assim como as condições e prazos para integralização, serão fixados pelo Conselho de Administração ou pela Assembleia Geral, conforme a competência para deliberar o aumento, que terá em sua conta, na fixação, a cotação das ações no mercado, e/ou o valor do patrimônio líquido e/ou as perspectivas de rentabilidade da Companhia.

Parágrafo 3º – No caso do subscritor oferecer bens destinados à integralização de ações do capital, a sua aprovação dependerá do pronunciamento da Assembleia Geral Extraordinária.

Parágrafo 4º – O acionista que, nos prazos marcados, não efetuar o pagamento das entradas ou prestações correspondentes às ações de emissão da Companhia por ele subscritas ou adquiridas, ficará de pleno direito constituído em mora, devendo pagar à Companhia multa de 2% (dois por cento) do valor da prestação vencida, além de juros de um por cento ao mês e correção pelo IGPM – Fundação Getúlio Vargas.

CAPÍTULO III ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 9º – A Assembleia Geral, órgão supremo da Companhia, é constituída por todos os acionistas que comprovarem essa qualidade.

Parágrafo Único – Ficarão suspensas as transferências de ações e o desdobramento de títulos múltiplos, quando for o caso, no decurso dos 10 (dez) dias que antecederem a realização de quaisquer Assembleias Gerais.

Artigo 10 – A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para os fins previstos em Lei, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais ou a lei assim exigirem.

Parágrafo 1º – A Assembleia Geral Ordinária e a Assembleia Geral Extraordinária poderão ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora, e poderão ser instrumentadas em ata única.

Parágrafo 2º – A Assembleia Geral será convocada na forma da lei e o edital de convocação será publicado com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, em primeira convocação, e de 8 (oito) dias, em segunda convocação, devendo ser assinado pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua falta, pelo seu substituto, nele devendo constar a ordem do dia, o local e a hora da assembleia.

Parágrafo 3º – A Assembleia Geral será sempre instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, ou, na sua ausência, por quem a Assembleia Geral indicar, sendo, entretanto, facultado fazer-se substituir na Presidência da Assembleia por outro acionista, eleito pelos demais. O presidente da Assembleia Geral elegerá um acionista, um advogado ou um membro da Diretoria, dentre os presentes, para secretariar os trabalhos.

Parágrafo 4º – Somente poderão tomar parte na Assembleia Geral os acionistas cujas ações estejam registradas em seu nome, no livro competente ou no extrato fornecido pela instituição financeira depositária das ações de emissão da Companhia, até 5 (cinco) dias antes da data da respectiva Assembleia.

Parágrafo 5º – A Assembleia Geral deliberará por maioria absoluta de votos das ações com direito a voto, não se computando os votos em branco.

Parágrafo 6º – Na instalação da Assembleia Geral, na medida do possível, guardar-se-á a ordem dos trabalhos e o quorum para deliberação, assim como o que a lei dispuser a respeito.

Parágrafo 7º – Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Geral por procuradores constituídos há menos de 1 (um) ano, que sejam acionistas, administradores da Companhia ou advogados, desde que comprovadas estas qualidades por meio de mandato com poderes especiais, cujo instrumento procuratório ficará arquivado na Companhia. O respectivo instrumento de mandato devidamente outorgado deverá ser apresentado com até 2 (dois) dias úteis de antecedência à Assembleia Geral,

bem como deverão ser apresentados documentos de identificação e comprovante expedido pela instituição depositária das ações.

Parágrafo 8º – Serão admitidos a votar, pessoalmente ou por meio de seus procuradores devidamente habilitados, os titulares das respectivas ações ordinárias, em consonância com as disposições legais pertinentes.

CAPÍTULO IV ADMINISTRAÇÃO

Artigo 11 – A administração da Companhia será exercida por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, sendo o Conselho de Administração órgão de deliberação colegiada e cabendo à Diretoria, privativamente, a representação da Companhia .

Parágrafo 1º – A remuneração global dos administradores será fixada pela Assembleia Geral, podendo ser votada individualmente ou globalmente, cabendo ao Conselho de Administração, neste último caso, deliberar sobre sua distribuição.

Parágrafo 2º – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria devem assumir seus cargos dentro de trinta dias, a contar das respectivas datas de nomeação, mediante assinatura de termo de posse no livro de atas do Conselho de Administração e da Diretoria, permanecendo em seus cargos até a investidura dos novos administradores eleitos.

CAPÍTULO V CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 12 – O Conselho de Administração é composto por 3 (três) membros todas pessoas naturais, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pela Assembleia Geral, com mandato de 3 (três) anos, investidos nos seus cargos na forma prevista no artigo 149, Lei nº 6.404/76, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo 1º – O Conselho de Administração nomeará, dentre os conselheiros, o Presidente do Conselho de Administração, que convocará e presidirá as suas reuniões. Ocorrendo impedimento ou ausência temporária do Presidente do Conselho, a

presidência será assumida por Conselheiro indicado pelo voto da maioria dos conselheiros.

Parágrafo 2º – Havendo vacância do cargo ou renúncia de um dos membros do Conselho de Administração, o Conselho poderá designar substituto, que servirá até a primeira Assembleia Geral que eleger novos Conselheiros, observados os preceitos legais e os deste Estatuto Social.

Artigo 13 – As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo seu Presidente ou, na falta deste, por seu substituto, ordinariamente, a cada 03 (três) meses e, extraordinariamente, com antecedência mínima de 03 (três) dias, mediante convocação escrita, contendo o local, a data, a hora da reunião e a ordem do dia.

Parágrafo 1º - O quórum de instalação das reuniões do Conselho de Administração será por maioria qualificada.

Parágrafo 2º – Sempre que houver urgência na deliberação de matéria de sua competência, o Conselho de Administração poderá ser regularmente convocado por solicitação de 02 (dois) Conselheiros, com antecedência mínima de pelo menos 24 (vinte e quatro) horas.

Parágrafo 3º – Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os membros do Conselho de Administração.

Parágrafo 4º – O Conselho de Administração deliberará por maioria absoluta dos votos e, no caso de empate, caberá ao Presidente o voto adicional de qualidade.

Parágrafo 5º – Das deliberações tomadas nas reuniões do Conselho de Administração, lavrar-se-á o registro no livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração, podendo ser em forma de sumário.

Parágrafo 6º – Os Conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por intermédio de conferência telefônica, vídeo-conferência ou por qualquer outro meio de comunicação eletrônica, sendo considerados presentes à reunião e devendo confirmar seu voto através de declaração por escrito encaminhada ao secretário da reunião por carta, fac-simile ou correio eletrônico logo após o término da reunião. Uma vez recebida a declaração, o secretário da reunião ficará investido de

plenos poderes para assinar a ata da reunião em nome do conselheiro. O membro do Conselho de Administração poderá se fazer representar na reunião por outro membro do Conselho de Administração devidamente autorizado por escrito. Poderá também enviar antecipadamente seu voto por escrito, ou ainda participar da reunião à distância utilizando-se de reunião telefônica, vídeo conferência ou qualquer outro meio de comunicação eletrônica que possa assegurar a autenticidade da participação. No caso de participação à distância, o membro do Conselho de Administração poderá transmitir via fac-símile (ou outra forma que assegure de maneira segura a autenticidade de transmissões escritas) declarações de voto sobre as matérias tratadas durante a reunião ou a própria ata lavrada quando da conclusão dos trabalhos. Uma vez recebida a declaração, o secretário da reunião ficará investido de plenos poderes para assinar a ata da reunião em nome do conselheiro.

Artigo 14 – Compete ao Conselho de Administração, além das outras atribuições fixadas na lei e neste Estatuto Social:

- (a)** Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, aprovando as diretrizes, política e objetivos básicos, ;
- (b)** Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, bem como sobre quaisquer outros atos de interesse da Companhia;
- (c)** Deliberar sobre a emissão de ações e bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado, respeitando o disposto neste Estatuto Social, bem como fixar o preço de emissão e prazo para o exercício do direito de preferência dos acionistas para subscrição de títulos e valores mobiliários em aumento de capital a ser deliberado dentro do capital autorizado, inclusive podendo excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para o seu exercício nos casos assim permitidos;
- (d)** Autorizar a aquisição de ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento, ou permanência em tesouraria para posterior alienação, bem como proposta de resgate de ações de emissão da Companhia.
- (e)** Deliberar sobre as condições de emissão de debêntures, de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei 6.404/76, por delegação da Assembleia Geral;
- (f)** Eleição, reeleição e destituição dos Diretores, bem como fixar as atribuições e competências da Diretoria;
- (g)** Atribuir, do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais, a cada um dos executivos e administradores da Companhia;

- (h)** Atribuir aos membros da administração, quando assim for deliberado, a sua parcela de participação nos lucros apurados em balanços levantados pela Companhia, inclusive intermediários;
- (i)** Manifestar sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria, autorizar a distribuição de dividendos intermediários, na forma do artigo 204, e seus parágrafos, da Lei nº 6.404/76 e, se distribuídos estes com base em resultados apurados em balanço intermediário, fixar a participação nos lucros a que farão jus os administradores;
- (j)** Escolher e destituir os auditores independentes, convocando-os para prestar esclarecimentos sempre que entender necessário;
- (k)** Autorizar qualquer mudança nas políticas contábeis ou de apresentação de relatórios da Companhia, exceto se exigido pelos princípios contábeis geralmente aceitos nas jurisdições em que a Companhia opera;
- (l)** Convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente ou por exigência legal ou estatutária;
- (m)** Submeter para deliberação da Assembleia Geral proposta de alteração deste Estatuto;
- (n)** Outorgar, de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, opção de compra ou subscrição de ações a seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas;
- (o)** Fixar critérios gerais de remuneração e política de benefícios (benefícios indiretos, participação no lucro e/ou nas vendas) da ;
- (p)** Aprovar a celebração, rescisão ou alteração de qualquer operação ou série de operações com qualquer sociedade na qual qualquer acionista, seus controladores, controladas ou coligadas, qualquer Diretor ou Conselheiro da Companhia, ou de qualquer controlada, tenha participação acionária, sendo certo, porém, que o preceito anterior não será aplicável a qualquer uma destas operações em termos não menos favoráveis à Companhia que aqueles que teriam sido obtidos à época de um terceiro não relacionado acima;
- (q)** Avocar para sua órbita de deliberação assuntos específicos de interesse da Companhia;
- (r)** Deliberar sobre os casos omissos e todas as demais atribuições previstas neste Estatuto Social e na legislação pertinente;

CAPÍTULO VI

DIRETORIA

Artigo 15 – A Diretoria é o órgão de representação da Companhia, competindo-lhe praticar os atos de gestão dos negócios sociais, as operações relacionadas aos fins de interesse da Companhia e a representação geral da Companhia, em Juízo e fora dele, ativa e passivamente, na forma atribuída pelos membros do Conselho de Administração, observadas as hipóteses de competência exclusiva da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, conforme previsto na Lei 6.404/76 e neste Estatuto Social.

Artigo 16 – A Diretoria compõe-se de, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 3 (três) Diretores, sendo que:

- (i) 1 (um) será designado Diretor Presidente;
- (ii) 1 (um) será designado Diretor Administrativo Financeiro, que exercerá, cumulativamente, a função de Diretor de Relações com Investidores.; e
- (iii) 1 (um) será designado Diretor sem designação específica.

Parágrafo 1º – Compete ao Diretor de Relações com os Investidores, além das atribuições definidas pelo Conselho de Administração, a representação da Companhia perante os órgãos reguladores e demais instituições que atuem no mercado de valores mobiliários e a prestação de informações aos investidores, à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, às bolsas de valores ou mercado de balcão onde forem negociados os valores mobiliários de emissão da Companhia e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas pela Companhia no mercado de valores mobiliários, no Brasil ou no exterior, bem como manter atualizado o registro da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM.

Parágrafo 2º – A Diretoria não é um órgão colegiado, podendo, contudo, reunir-se sempre que convocada por qualquer Diretor.

Artigo 17 – Os Diretores serão eleitos, reelegíveis e destituíveis, a qualquer tempo, por deliberação majoritária dos membros do Conselho de Administração, dentre pessoas residentes no país, capazes, probas e idôneas, acionistas ou não, com mandato até a data da realização da Assembleia Geral Ordinária subsequente à sua eleição, investidos em seus respectivos cargos na forma prevista no artigo 149 da Lei 6.404/76, com remuneração anual fixada pela Assembleia Geral e individualizada pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 1º – Aos Diretores competirá a representação da Companhia, cujas competências serão atribuídas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 2º – Os Diretores estão dispensados de prestar garantias para o exercício de seu cargo, mas não estarão isentos de sua responsabilidade por atos praticados com culpa, dolo ou omissão.

Parágrafo 3º – Em caso de impedimento, vaga, renúncia, destituição ou morte de qualquer Diretor, o Conselho de Administração indicará o respectivo substituto, cujo mandato coincidirá com os mandatos dos demais Diretores.

Artigo 18 – Em todas as operações e atos estranhos ao objeto social, em especial aqueles que envolvam a prestação de garantias por parte da Companhia, tais como fianças, avais, abonos ou quaisquer outras, a emissão ou aceite de saques de favor em nome de terceiros, a venda de bens imóveis ou sua hipoteca, a venda de ações ou quotas sociais decorrentes de participação em outras sociedades, ou qualquer outra modalidade de alienação ou oneração, dependerão, sempre, de autorização expressa e por escrito do Conselho de Administração.

Parágrafo 1º – É vedada a quaisquer um dos membros da Diretoria a prática de atos de liberalidade às custas da Companhia, porém está permitida a concessão de avais, fianças e outras garantia, em nome da Companhia, desde que pertinentes ao seu objeto social e conforme previsto neste Estatuto Social.

Artigo 19 – A Companhia será representada e somente será considerada validamente obrigada por ato ou assinatura:

- (a) De quaisquer dois Diretores;
- (b) De qualquer Diretor, em conjunto com um procurador;
- (c) De 2 (dois) procuradores, para a prática de atos de mera rotina.

Parágrafo Único – As procurações outorgadas em nome da Companhia serão sempre assinadas em conjunto por 2 (dois) dois diretores, detalhando os poderes outorgados, os quais deverão ser os mínimos necessários para a prática de atos específicos e por prazo determinado, não superior a 1 (um) ano, salvo os que contemplarem os poderes da cláusula *ad judicium*, que poderão ser outorgados por prazo indeterminado de validade.

CAPÍTULO VII CONSELHO FISCAL

Artigo 20 – O Conselho Fiscal somente será instalado pela Assembleia Geral a pedido dos acionistas, com as atribuições, poderes, competências, responsabilidades e deveres definidos em lei.

Parágrafo 1º – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos, e igual número de suplentes, acionistas ou não, residentes no país, eleitos, reelegíveis e destituíveis pela Assembleia Geral, que lhes ficará sua remuneração.

Parágrafo 2º – Os membros do Conselho Fiscal serão investidos nos seus cargos por meio da assinatura do Termo de Posse, lavrado no livro de Atas do Conselho Fiscal, tudo na forma da Lei 6.404/76.

Parágrafo 3º – O Conselho Fiscal poderá reunir-se sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

Parágrafo 4º – Os membros do Conselho Fiscal e seus suplentes exercerão seus cargos até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua eleição.

CAPÍTULO VIII EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DESTINAÇÃO DO RESULTADO

Artigo 21 – O exercício social compreende-se de 12 (doze) meses, iniciando-se em primeiro de janeiro e terminando em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social, serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

Artigo 22 – Do resultado do exercício, serão deduzidas as seguintes parcelas, apurando-se o lucro líquido:

- (a) Os prejuízos acumulados;
- (b) A provisão para o Imposto de Renda; e

(c) A parcela destinada à participação dos Administradores, respeitados os limites estabelecidos no Artigo 152 da Lei nº 6.404/76, quando aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral, condicionada à efetiva distribuição dos dividendos obrigatórios estipulados neste Estatuto Social.

Parágrafo 1º – O lucro líquido terá, então, a seguinte destinação:

(a) 5% (cinco por cento) para a constituição de Fundo de Reserva Legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social;

(b) Importância para a formação de reservas para contingências e de lucros a realizar, quando necessária e devidamente justificada pelos administradores;

(c) 25% (vinte e cinco por cento) será distribuído aos acionistas como dividendo obrigatório, aos quais poderão ser imputados os pagamentos de juros sobre Capital Próprio, imputados aos dividendos, na forma da Lei nº 9.249/95, a não ser que os órgãos da administração informem, em exposição justificativa à Assembleia Geral Ordinária, que tal distribuição de dividendos é incompatível com a situação financeira da Companhia, deixando de distribuir os dividendos obrigatórios aqui fixados;

(d) Quanto ao saldo remanescente, após as deduções acima, o Conselho de Administração poderá propor, e a Assembleia deliberar, a sua distribuição aos acionistas, ou destiná-lo para a constituição de uma Reserva de Investimento e Capital de Giro, que terá por finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente, ou acréscimos ao capital de giro, para amortizar dívidas da Companhia, bem como para o funcionamento de sociedades controladas e coligadas, formada pela parcela anual deliberada pela Assembleia Geral. Esta reserva, em conjunto com a Reserva Legal, não poderá exceder o valor do Capital Social, e poderá ser utilizada para a absorção de prejuízos, sempre que necessário, para a distribuição de dividendos, a qualquer momento, para operações de resgate, reembolso ou compra de ações, ou ser incorporada ao Capital Social;

(e) O saldo, se houver, terá o destino que for deliberado pela Assembleia Geral.

Artigo 23 – O montante de juros a título de remuneração do capital próprio, que vier a ser pago por opção da Companhia, em espécie ou *in natura*, total ou parcialmente, na forma do Artigo 9º da Lei nº 9.249/95, poderá ser, a critério do Conselho de Administração, deduzido do valor do dividendo obrigatório de que trata o item 'c', parágrafo 2º, artigo 22 deste Estatuto Social, conforme facultado pelo § 7º, artigo 9º, Lei nº 9.249/95.

Artigo 24 – A Diretoria poderá levantar, a qualquer tempo, balanços semestrais, trimestrais, bimestrais ou mensais, que poderão ser utilizados pelo Conselho de Administração para declarar dividendos à conta dos lucros apurados em tais balanços, bem como declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes em tais balanços, atendendo, sempre, ao limite estabelecido no artigo 204, § 1º, Lei 6.404/76 e aos limites legais.

Parágrafo Único – Quando declarados dividendos intermediários, em percentual não inferior ao obrigatório, o Conselho de Administração poderá autorizar, *ad referendum* da Assembleia Geral, participação proporcional aos administradores.

Artigo 25 – A Companhia poderá remunerar os acionistas mediante pagamento de juros sobre capital próprio, na forma e dentro dos limites estabelecidos em lei.

Parágrafo Único – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

Artigo 26 – Revertem em favor da Companhia os dividendos não reclamados em 03 (três) anos, contados da publicação da ata que aprovou a sua declaração.

CAPÍTULO IX ACORDOS DE ACIONISTAS

Artigo 27 – Os Acordos de Acionistas, devidamente registrados e arquivados na sede da Companhia, que disciplinem sobre a compra e venda de ações, o direito de preferência na compra de ações, o exercício do direito a voto ou o poder de controle, serão sempre observados pela Companhia, cabendo à Administração abster-se de registrar transferências de ações contrárias às disposições destes acordos, e ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração abster-se de computar votos lançados em discordância destes instrumentos.

Parágrafo Único – As obrigações e responsabilidades resultantes de Acordos de Acionistas serão oponíveis a terceiros tão logo estes instrumentos tenham sido devidamente averbados nos livros de registro da Companhia, observado o Artigo 118 da Lei 6.404/76 com a redação que lhe foi dada pela Lei 10.303/01.

CAPÍTULO X ARBITRAGEM

Artigo 28 – A Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal (quando instalado), obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e efeitos das disposições contidas na Lei 6.404/76, neste Estatuto Social e nas normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral.

Parágrafo Único – Elege-se a Câmara de Arbitragem do Mercado, instituída pela Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, nos termos de seu Regulamento de Arbitragem, para dirimir as questões, disputas, controvérsias ou avenças entre as referidas acima.

CAPÍTULO XI LIQUIDAÇÃO

Artigo 29 – A Companhia se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger o liquidante, ou liquidantes, e o Conselho Fiscal, que deverão funcionar no período de liquidação, fixando-lhes os poderes e remuneração.

CAPÍTULO XII DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 30 – Os casos omissos neste Estatuto Social serão disciplinados pelas leis e regulamentos aplicáveis em vigor e decididos ou solucionados pelo Conselho de Administração.

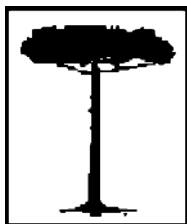
São Jose dos Pinhais, 18 de outubro de 2023

EMBPARTICIPAÇÕES S.A.
Luciano Ribas Battistella
Diretor de Relações com Investidores

ANEXO IV
PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA COMPANHIA A SER DELIBERADO EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2023, ÀS 11:00

ESTATUTO SOCIAL DA COTRASA PARTICIPAÇÕES

República Federativa do Brasil



Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Foro Regional
de São José dos Pinhais - Estado do Paraná

SERVIÇO NOTARIAL E PROTESTO
1º OFÍCIO

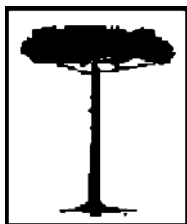
BEL. DALTON BISHOP CORDEIRO
RUA IZABEL A REDENTORA, 2230
CEP 83005-010-FONE/FAX: (041) 3299-2800

Livro 1580	Folha 012	Rubrica
Cod.Esc. 0009	P. interno 5694/22	Página 001

Escritura Pública de Constituição de Sociedade por Ações Subsidiária Integral que faz: **EMBP PARTICIPAÇÕES S/A**, na forma abaixo declarada:

/*S/A/I/B/A/M*/ quantos esta Pública Escritura de Constituição de Sociedade por Ações Subsidiária Integral bastante virem, que aos dezesseis dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três (**16/05/2023**), nesta Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Foro Regional de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, em Cartório perante mim, Escrevente do Primeiro Tabelião que esta subscreve, compareceu como outorgante constituinte: **EMBP PARTICIPAÇÕES S/A**, sociedade anônima de capital aberto, com sede, foro e domicílio na Alameda Bom Pastor, nº 3.700, lote A, sala 06, Bairro Barro Preto, São José dos Pinhais-PR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.331.462/0001-31, NIRE 41300015261, neste ato representada por seus Diretores: **LUCIANO RIBAS BATTISTELLA**, brasileiro, capaz, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade 4.713.799-3/SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 699.384.909-72, residente e domiciliado na Rua Romilda Margarida Gabriel, nº 99, Itaim Bibi, São Paulo-SP, e-mail: luciano@battistella.com.br, telefone nº (11) 99151-9577; e, **CRISTIANO LOCATELLI**, brasileiro, capaz, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade nº 3.180.804/SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob nº 016.504.349-01, residente e domiciliado na Rua Rafael Puchetti, nº 555 - casa 02, Itália, São José dos Pinhais-PR, e-mail: cristiano@cotrasa.com.br, telefone nº (41) 98784-1081, conforme Ata da 46ª Assembleia Extraordinária e 26ª Assembleia Geral Ordinária - Estatuto Social Consolidado - devidamente registrada na Junta Comercial deste Estado sob nº 20212726323, em 31/05/2021; Ata nº 823 da Reunião do Conselho de Administração, registrada na mesma Junta Comercial sob nº 20222695790, em 05/05/2022, de acordo com a Ata nº 827 da Reunião do Conselho de Administração realizada em 17/01/2023, devidamente registrada na mesma Junta Comercial sob nº 20230383696, em 24/01/2023, Despacho emitido pela 16ª Vara Federal de Curitiba, registrado na Junta Comercial deste Estado sob nº 20232056412, em 23/03/2023, e, conforme Certidão Simplificada expedida pela mesma Junta Comercial do Paraná em 25/04/2022, os quais ficam arquivados às fls. 024/065, do Arquivo de Contratos Sociais nº 596, deste Serviço Notarial. Comparece neste ato, como advogada assistente: **MELISSA TELMA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/PR 34.485 e no CPF/MF sob nº 016.360.399-52, com endereço comercial na Alameda Bom Pastor, nº 2.094, Ouro Fino, São José dos Pinhais/PR. Os presentes, pessoas identificadas por mim e pelo Primeiro Tabelião, conforme documentos apresentados e acima mencionados, do que dou fé. Então pela **OUTORGANTE CONSTITUINTE** foi declarado o seguinte: **1)** Nos termos do artigo 251 da Lei 6.404/1976, visando a constituição de subsidiária integral da **EMBP PARTICIPAÇÕES S/A**, denominada “**COTRASA PARTICIPAÇÕES S/A**”, **EMBP PARTICIPAÇÕES S/A** subscreve 10.000,00 (dez mil) ações ordinárias, nominativas e escriturais, sem valor nominal, emitidas ao preço de **R\$ 1,00** (um real) cada uma, o qual foi calculado nos termos do artigo 170, §1º, inciso II, de Lei 6.404/1976, representando a totalidade do capital social da Companhia no montante de **R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**, as quais foram totalmente integralizadas por meio de depósito da importância de **R\$ 10.000,00** (dez mil reais) efetuado no dia 11/04/2023,

República Federativa do Brasil



Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Foro Regional
de São José dos Pinhais - Estado do Paraná

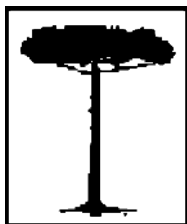
SERVIÇO NOTARIAL E PROTESTO
1º OFÍCIO

BEL. DALTON BISHOP CORDEIRO
RUA IZABEL A REDENTORA, 2230
CEP 83005-010-FONE/FAX: (041) 3299-2800

Livro 1580	Folha 013	Rubrica
Cod.Esc. 0009	P. interno 5694/22	Página 002

junto ao Itaú Unibanco S/A, agência 4015, conta 4015.45661-1. 2) Com a integralização do capital social, a **EMBPART PARTICIPAÇÕES S/A**, considera constituída a “**COTRASA PARTICIPAÇÕES S/A**”, que será regida pelo Estatuto Social a seguir transcrito: “**ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO – COTRASA PARTICIPAÇÕES S.A.**”: **CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO - Artigo 1º** – A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, que gira sobre a denominação de **Cotrasa Participações S.A.**, regendo-se por este Estatuto Social e pelas disposições legais pertinentes. **Artigo 2º** – A Companhia tem sede, foro e domicílio na Cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, na Alameda Bom Pastor, nº 2094, sala 03, Bairro Ouro Fino, CEP 83.015-140, podendo, por deliberação do Conselho de Administração, abrir, instalar, manter, alterar o endereço e extinguir filiais, armazéns, depósitos e escritórios em qualquer parte do território nacional ou no exterior, atribuindo-lhes capital autônomo, destacado daquela da Matriz. **Artigo 3º** – A Companhia tem por objeto a participação no capital social de outras empresas, na qualidade de acionista ou quotista, e a administração de bens e negócios próprios. **Artigo 4º** – A Companhia tem prazo de duração indeterminado. **CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES - Artigo 5º** – A sociedade tem o capital social de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) dividido em 10.000 (dez mil) ações ordinárias sem valor nominal. **Parágrafo 1º** – As ações terão as formas nominativas, escriturais e poderão ser mantidas em contas de depósitos, em nome de seus titulares, sem a emissão de certificados, em instituição financeira autorizada e que seja designada nos termos dos artigos 34 e 35 da Lei nº 6.404/76. **Parágrafo 2º** – À instituição depositária das ações escriturais é facultada a cobrança dos serviços de transferência da propriedade das ações, observando o disposto no parágrafo 3º do artigo 35 da Lei 6.404/76. **Parágrafo 3º** – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Parágrafo 4º** – A Companhia poderá, mediante autorização do Conselho de Administração, adquirir ações de sua própria emissão, mantê-las em tesouraria, cancelá-las ou aliená-las, nos termos e condições previstos em lei. **Artigo 6º** – Por deliberação da Assembleia Geral, a Companhia poderá resgatar ações, criar bônus e outros títulos ou instrumentos, criar classes de ações preferenciais ou promover o aumento de classes já existentes, declarando as vantagens e preferências atribuídas a cada classe, bem como as restrições a que ficarão sujeitas, sem guardar proporção com as demais, observado, para as ações preferenciais sem direito a voto ou sujeitas a restrições nesse direito, o limite de dois terços do total das ações emitidas. Observado esse limite, os aumentos de capital da Companhia poderão ser realizados sem guardar proporção com as ações de cada espécie ou classe. **Artigo 7º** - A Companhia está autorizada, na forma legal, a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 480.000.000 (quatrocentos e oitenta milhões) de ações ordinárias. **Parágrafo 1º** – Os aumentos de capital realizados dentro do limite do capital autorizado serão deliberados pelo Conselho de Administração, que fixará as condições de subscrição e integralização respectivas, observadas as disposições legais e estatutárias aplicáveis. **Parágrafo 2º** – O Conselho de Administração da Companhia poderá outorgar, dentro do limite de capital autorizado e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, opção de compra, subscrição e integralização de ações a seus administradores e empregados, assim como aos seus administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia. **Artigo 8º**

República Federativa do Brasil



Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Foro Regional
de São José dos Pinhais - Estado do Paraná

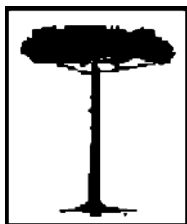
SERVIÇO NOTARIAL E PROTESTO
1º OFÍCIO

BEL. DALTON BISHOP CORDEIRO
RUA IZABEL A REDENTORA, 2230
CEP 83005-010-FONE/FAX: (041) 3299-2800

Livro 1580	Folha 014	Rubrica
Cod.Esc. 0009	P. interno 5694/22	Página 003

– Nos casos de aumento de capital social da Companhia, os acionistas exercerão seu direito de preferência no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do respectivo “Aviso aos Acionistas” consubstanciando as deliberações respectivas, na proporção do número de ações que possuírem. **Parágrafo 1º** – Em quaisquer emissões de Títulos e Valores Mobiliários cuja colocação seja feita nos termos do artigo 172 da Lei 6.404/76, o direito de preferência dos acionistas poderá ser excluído ou ter seu prazo reduzido por deliberação competente para a respectiva emissão. **Parágrafo 2º** – Observadas as disposições legais aplicáveis, o preço de emissão das ações, assim como as condições e prazos para integralização, serão fixados pelo Conselho de Administração ou pela Assembleia Geral, conforme a competência para deliberar o aumento, que terá em sua conta, na fixação, a cotação das ações no mercado, e/ou o valor do patrimônio líquido e/ou as perspectivas de rentabilidade da Companhia. **Parágrafo 3º** – No caso do subscritor oferecer bens destinados à integralização de ações do capital, a sua aprovação dependerá do pronunciamento da Assembleia Geral Extraordinária. **Parágrafo 4º** – O acionista que, nos prazos marcados, não efetuar o pagamento das entradas ou prestações correspondentes às ações de emissão da Companhia por ele subscritas ou adquiridas, ficará de pleno direito constituído em mora, devendo pagar à Companhia multa de 2% (dois por cento) do valor da prestação vencida, além de juros de um por cento ao mês e correção pelo IGPM – Fundação Getúlio Vargas. **CAPÍTULO III - ASSEMBLEIA GERAL - Artigo 9º** – A Assembleia Geral, órgão supremo da Companhia, é constituída por todos os acionistas que comprovarem essa qualidade. **Parágrafo Único** – Ficarão suspensas as transferências de ações e o desdobramento de títulos múltiplos, quando for o caso, no decurso dos 10 (dez) dias que antecederem a realização de quaisquer Assembleias Gerais. **Artigo 10** – A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para os fins previstos em Lei, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais ou a lei assim exigirem. **Parágrafo 1º** – A Assembleia Geral Ordinária e a Assembleia Geral Extraordinária poderão ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora, e poderão ser instrumentadas em ata única. **Parágrafo 2º** – A Assembleia Geral será convocada na forma da lei e o edital de convocação será publicado com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, em primeira convocação, e de 8 (oito) dias, em segunda convocação, devendo ser assinado pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua falta, pelo seu substituto, nele devendo constar a ordem do dia, o local e a hora da assembleia. **Parágrafo 3º** – A Assembleia Geral será sempre instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, ou, na sua ausência, por quem a Assembleia Geral indicar, sendo, entretanto, facultado fazer-se substituir na Presidência da Assembleia por outro acionista, eleito pelos demais. O presidente da Assembleia Geral elegerá um acionista, um advogado ou um membro da Diretoria, dentre os presentes, para secretariar os trabalhos. **Parágrafo 4º** – Somente poderão tomar parte na Assembleia Geral os acionistas cujas ações estejam registradas em seu nome, no livro competente ou no extrato fornecido pela instituição financeira depositaria das ações de emissão da Companhia, até 5 (cinco) dias antes da data da respectiva Assembleia. **Parágrafo 5º** – A Assembleia Geral deliberará por maioria absoluta de votos das ações com direito a voto, não se computando os votos em branco. **Parágrafo 6º** – Na instalação da Assembleia Geral, na medida do possível, guardar-se-á a ordem dos trabalhos e o quorum para deliberação, assim como o que a

República Federativa do Brasil



Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Foro Regional
de São José dos Pinhais - Estado do Paraná

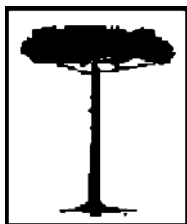
SERVIÇO NOTARIAL E PROTESTO
1º OFÍCIO

BEL. DALTON BISHOP CORDEIRO
RUA IZABEL A REDENTORA, 2230
CEP 83005-010-FONE/FAX: (041) 3299-2800

Livro 1580	Folha 015	Rubrica
Cod.Esc. 0009	P. interno 5694/22	Página 004

lei dispuser a respeito. **Parágrafo 7º** – Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Geral por procuradores constituídos há menos de 1 (um) ano, que sejam acionistas, administradores da Companhia ou advogados, desde que comprovadas estas qualidades por meio de mandato com poderes especiais, cujo instrumento procuratório ficará arquivado na Companhia. O respectivo instrumento de mandato devidamente outorgado deverá ser apresentado com até 2 (dois) dias úteis de antecedência à Assembleia Geral, bem como deverão ser apresentados documentos de identificação e comprovante expedido pela instituição depositária das ações. **Parágrafo 8º** – Serão admitidos a votar, pessoalmente ou por meio de seus procuradores devidamente habilitados, os titulares das respectivas ações ordinárias, em consonância com as disposições legais pertinentes. **CAPÍTULO IV – ADMINISTRAÇÃO - Artigo 11** – A administração da Companhia será exercida por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, sendo o Conselho de Administração órgão de deliberação colegiada e cabendo à Diretoria, privativamente, a representação da Companhia. **Parágrafo 1º** – A remuneração global dos administradores será fixada pela Assembleia Geral, podendo ser votada individualmente ou globalmente, cabendo ao Conselho de Administração, neste último caso, deliberar sobre sua distribuição. **Parágrafo 2º** – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria devem assumir seus cargos dentro de trinta dias, a contar das respectivas datas de nomeação, mediante assinatura de termo de posse no livro de atas do Conselho de Administração e da Diretoria, permanecendo em seus cargos até a investidura dos novos administradores eleitos. **CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - Artigo 12** – O Conselho de Administração é composto por 3 (três) membros todos pessoas naturais, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pela Assembleia Geral, com mandato de 3 (três) anos, investidos nos seus cargos na forma prevista no artigo 149, Lei nº 6.404/76, sendo permitida a reeleição. **Parágrafo 1º** – O Conselho de Administração nomeará, dentre os conselheiros, o Presidente do Conselho de Administração, que convocará e presidirá as suas reuniões. Ocorrendo impedimento ou ausência temporária do Presidente do Conselho, a presidência será assumida por Conselheiro indicado pelo voto da maioria dos conselheiros. **Parágrafo 2º** – Havendo vacância do cargo ou renúncia de um dos membros do Conselho de Administração, o Conselho poderá designar substituto, que servirá até a primeira Assembleia Geral que eleger novos Conselheiros, observados os preceitos legais e os deste Estatuto Social. **Artigo 13** – As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo seu Presidente ou, na falta deste, por seu substituto, ordinariamente, a cada 03 (três) meses e, extraordinariamente, com antecedência mínima de 03 (três) dias, mediante convocação escrita, contendo o local, a data, a hora da reunião e a ordem do dia. **Parágrafo 1º** - O quórum de instalação das reuniões do Conselho de Administração será por maioria qualificada. **Parágrafo 2º** – Sempre que houver urgência na deliberação de matéria de sua competência, o Conselho de Administração poderá ser regularmente convocado por solicitação de 02 (dois) Conselheiros, com antecedência mínima de pelo menos 24 (vinte e quatro) horas. **Parágrafo 3º** – Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os membros do Conselho de Administração. **Parágrafo 4º** – O Conselho de Administração deliberará por maioria absoluta dos votos e, no caso de empate, caberá ao Presidente o voto adicional de qualidade. **Parágrafo 5º** – Das deliberações tomadas nas reuniões do Conselho de Administração, lavrar-se-á o

República Federativa do Brasil



Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Foro Regional
de São José dos Pinhais - Estado do Paraná

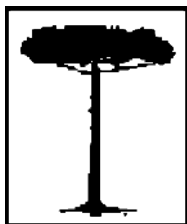
SERVIÇO NOTARIAL E PROTESTO
1º OFÍCIO

BEL. DALTON BISHOP CORDEIRO
RUA IZABEL A REDENTORA, 2230
CEP 83005-010-FONE/FAX: (041) 3299-2800

Livro 1580	Folha 016	Rubrica
Cod.Esc. 0009	P. interno 5694/22	Página 005

registro no livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração, podendo ser em forma de sumário. **Parágrafo 6º** – Os Conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por intermédio de conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação eletrônica, sendo considerados presentes à reunião e devendo confirmar seu voto através de declaração por escrito encaminhada ao secretário da reunião por carta ou correio eletrônico logo após o término da reunião. Uma vez recebida a declaração, o secretário da reunião ficará investido de plenos poderes para assinar a ata da reunião em nome do conselheiro. O membro do Conselho de Administração poderá se fazer representar na reunião por outro membro do Conselho de Administração devidamente autorizado por escrito. Poderá também enviar antecipadamente seu voto por escrito, ou ainda participar da reunião à distância utilizando-se de reunião telefônica, vídeo conferência ou qualquer outro meio de comunicação eletrônica que possa assegurar a autenticidade da participação. No caso de participação à distância, o membro do Conselho de Administração poderá transmitir via e-mail (ou outra forma que assegure de maneira segura a autenticidade de transmissões escritas) declarações de voto sobre as matérias tratadas durante a reunião ou a própria ata lavrada quando da conclusão dos trabalhos. Uma vez recebida a declaração, o secretário da reunião ficará investido de plenos poderes para assinar a ata da reunião em nome do conselheiro. **Artigo 14** – Compete ao Conselho de Administração, além das outras atribuições fixada na lei e neste Estatuto Social: **(a)** Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, aprovando as diretrizes, política e objetivos básicos; **(b)** Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, bem como sobre quaisquer outros atos de interesse da Companhia; **(c)** Deliberar sobre a emissão de ações e bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado, respeitando o disposto neste Estatuto Social, bem como fixar o preço de emissão e prazo para o exercício do direito de preferência dos acionistas para subscrição de títulos e valores mobiliários em aumento de capital a ser deliberado dentro do capital autorizado, inclusive podendo excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para o seu exercício nos casos assim permitidos; **(d)** Autorizar a aquisição de ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento, ou permanência em tesouraria para posterior alienação, bem como proposta de resgate de ações de emissão da Companhia. **(e)** Deliberar sobre as condições de emissão de debêntures, de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei 6.404/76, por delegação da Assembleia Geral; **(f)** Eleição, reeleição e destituição dos Diretores, bem como fixar as atribuições e competências da Diretoria; **(g)** Atribuir, do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais, a cada um dos executivos e administradores da Companhia; **(h)** Atribuir aos membros da administração, quando assim for deliberado, a sua parcela de participação nos lucros apurados em balanços levantados pela Companhia, inclusive intermediários; **(i)** Manifestar sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria, autorizar a distribuição de dividendos intermediários, na forma do artigo 204, e seus parágrafos, da Lei nº 6.404/76 e, se distribuídos estes com base em resultados apurados em balanço intermediário, fixar a participação nos lucros a que farão jus os administradores; **(j)** Escolher e destituir os auditores independentes, convocando-os para prestar esclarecimentos sempre que entender necessário; **(k)** Autorizar qualquer mudança nas políticas contábeis ou de

República Federativa do Brasil



Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Foro Regional
de São José dos Pinhais - Estado do Paraná

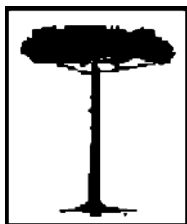
SERVIÇO NOTARIAL E PROTESTO
1º OFÍCIO

BEL. DALTON BISHOP CORDEIRO
RUA IZABEL A REDENTORA, 2230
CEP 83005-010-FONE/FAX: (041) 3299-2800

Livro 1580	Folha 017	Rubrica
Cod. Esc. 0009	P. interno 5694/22	Página 006

apresentação de relatórios da Companhia, exceto se exigido pelos princípios contábeis geralmente aceitos nas jurisdições em que a Companhia opera; **(l)** Convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente ou por exigência legal ou estatutária; **(m)** Submeter para deliberação da Assembleia Geral proposta de alteração deste Estatuto; **(n)** Outorgar, de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, opção de compra ou subscrição de ações a seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas; **(o)** Fixar critérios gerais de remuneração e política de benefícios (benefícios indiretos, participação no lucro e/ou nas vendas) da Diretoria; **(p)** Aprovar a celebração, rescisão ou alteração de qualquer operação ou série de operações com qualquer sociedade na qual qualquer acionista, seus controladores, controladas ou coligadas, qualquer Diretor ou Conselheiro da Companhia, ou de qualquer controlada, tenha participação acionária, sendo certo, porém, que o preceito anterior não será aplicável a qualquer uma destas operações em termos não menos favoráveis à Companhia que aqueles que teriam sido obtidos à época de um terceiro não relacionado acima; **(q)** Avocar para sua órbita de deliberação assuntos específicos de interesse da Companhia; **(r)** Deliberar sobre os casos omissos e todas as demais atribuições previstas neste Estatuto Social e na legislação pertinente; **CAPÍTULO VI – DIRETORIA - Artigo 15 –** A Diretoria é o órgão de representação da Companhia, competindo-lhe praticar os atos de gestão dos negócios sociais, as operações relacionadas aos fins de interesse da Companhia e a representação geral da Companhia, em Juízo e fora dele, ativa e passivamente, na forma atribuída pelos membros do Conselho de Administração, observadas as hipóteses de competência exclusiva da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, conforme previsto na Lei 6.404/76 e neste Estatuto Social. **Artigo 16 –** A Diretoria compõe-se de, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 3 (três) Diretores, sendo que: **(i)** 1 (um) será designado Diretor Presidente; **(ii)** 1 (um) será designado Diretor Administrativo Financeiro, que exercerá, cumulativamente, a função de Diretor de Relações com Investidores.; e **(iii)** 1 (um) será designado Diretor sem designação específica. **Parágrafo 1º –** Compete ao Diretor de Relações com os Investidores, além das atribuições definidas pelo Conselho de Administração, a representação da Companhia perante os órgãos reguladores e demais instituições que atuem no mercado de valores mobiliários e a prestação de informações aos investidores, à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, às bolsas de valores ou mercado de balcão onde forem negociados os valores mobiliários de emissão da Companhia e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas pela Companhia no mercado de valores mobiliários, no Brasil ou no exterior, bem como manter atualizado o registro da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM. **Parágrafo 2º –** A Diretoria não é um órgão colegiado, podendo, contudo, reunir-se sempre que convocada por qualquer Diretor. **Artigo 17 –** Os Diretores serão eleitos, reelegíveis e destituíveis, a qualquer tempo, por deliberação majoritária dos membros do Conselho de Administração, dentre pessoas residentes no país, capazes, probas e idôneas, acionistas ou não, com mandato até a data da realização da Assembleia Geral Ordinária subsequente à sua eleição, investidos em seus respectivos cargos na forma prevista no artigo 149 da Lei 6.404/76, com remuneração anual fixada pela Assembleia Geral e individualizada pelo Conselho de Administração. **Parágrafo 1º –** Aos Diretores competirá a representação da

República Federativa do Brasil



Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Foro Regional
de São José dos Pinhais - Estado do Paraná

SERVIÇO NOTARIAL E PROTESTO
1º OFÍCIO

BEL. DALTON BISHOP CORDEIRO
RUA IZABEL A REDENTORA, 2230
CEP 83005-010-FONE/FAX: (041) 3299-2800

Livro 1580	Folha 018	Rubrica
Cod.Esc. 0009	P. interno 5694/22	Página 007

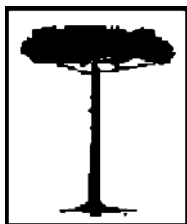
Companhia, cujas competências serão atribuídas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 2º – Os Diretores estão dispensados de prestar garantias para o exercício de seu cargo, mas não estarão isentos de sua responsabilidade por atos praticados com culpa, dolo ou omissão. **Parágrafo 3º** – Em caso de impedimento, vaga, renúncia, destituição ou morte de qualquer Diretor, o Conselho de Administração indicará o respectivo substituto, cujo mandato coincidirá com os mandatos dos demais Diretores.

Artigo 18 – Em todas as operações e atos estranhos ao objeto social, em especial aqueles que envolvam a prestação de garantias por parte da Companhia, tais como fianças, avais, abonos ou quaisquer outras, a emissão ou aceite de saques de favor em nome de terceiros, a venda de bens imóveis ou sua hipoteca, a venda de ações ou quotas sociais decorrentes de participação em outras sociedades, ou qualquer outra modalidade de alienação ou oneração, dependerão, sempre, de autorização expressa e por escrito do Conselho de Administração. **Parágrafo 1º** – É vedada a quaisquer um dos membros da Diretoria a prática de atos de liberalidade às custas da Companhia, porém está permitida a concessão de avais, fianças e outras garantia, em nome da Companhia, desde que pertinentes ao seu objeto social e conforme previsto neste Estatuto Social. **Artigo 19** – A Companhia será representada e somente será considerada validamente obrigada por ato ou assinatura: **(a)** De quaisquer dois Diretores; **(b)** De qualquer Diretor, em conjunto com um procurador; **(c)** De 2 (dois) procuradores, para a prática de atos de mera rotina. **Parágrafo Único** – As procurações outorgadas em nome da Companhia serão sempre assinadas em conjunto por 2 (dois) dois diretores, detalhando os poderes outorgados, os quais deverão ser os mínimos necessários para a prática de atos específicos e por prazo determinado, não superior a 1 (um) ano, salvo os que contemplarem os poderes da cláusula *ad judicia*, que poderão ser outorgados por prazo indeterminado de validade.

CAPÍTULO VII - CONSELHO FISCAL - Artigo 20 – O Conselho Fiscal somente será instalado pela Assembleia Geral a pedido dos acionistas, com as atribuições, poderes, competências, responsabilidades e deveres definidos em lei. **Parágrafo 1º** – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos, e igual número de suplentes, acionistas ou não, residentes no país, eleitos, reelegíveis e destituíveis pela Assembleia Geral, que lhes ficará sua remuneração. **Parágrafo 2º** – Os membros do Conselho Fiscal serão investidos nos seus cargos por meio da assinatura do Termo de Posse, lavrado no livro de Atas do Conselho Fiscal, tudo na forma da Lei 6.404/76. **Parágrafo 3º** – O Conselho Fiscal poderá reunir-se sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações. **Parágrafo 4º** – Os membros do Conselho Fiscal e seus suplentes exercerão seus cargos até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua eleição. **CAPÍTULO VIII - EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DESTINAÇÃO DO RESULTADO - Artigo 21** – O exercício social compreende-se de 12 (doze) meses, iniciando-se em primeiro de janeiro e terminando em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social, serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei. **Artigo 22** – Do resultado do exercício, serão deduzidas as seguintes parcelas, apurando-se o lucro líquido: **(a)** Os prejuízos acumulados; **(b)** A provisão para o Imposto de Renda; e **(c)** A parcela destinada à participação dos Administradores, respeitados os limites estabelecidos no Artigo 152 da Lei nº 6.404/76, quando aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral, condicionada à efetiva distribuição dos dividendos obrigatórios

República Federativa do Brasil



Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Foro Regional
de São José dos Pinhais - Estado do Paraná

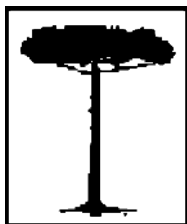
SERVIÇO NOTARIAL E PROTESTO
1º OFÍCIO

BEL. DALTON BISHOP CORDEIRO
RUA IZABEL A REDENTORA, 2230
CEP 83005-010-FONE/FAX: (041) 3299-2800

Livro 1580	Folha 019	Rubrica
Cod.Esc. 0009	P. interno 5694/22	Página 008

estipulados neste Estatuto Social. **Parágrafo 1º** – O lucro líquido terá, então, a seguinte destinação: **(a)** 5% (cinco por cento) para a constituição de Fundo de Reserva Legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social; **(b)** Importância para a formação de reservas para contingências e de lucros a realizar, quando necessária e devidamente justificada pelos administradores; **(c)** 25% (vinte e cinco por cento) será distribuído aos acionistas como dividendo obrigatório, aos quais poderão ser imputados os pagamentos de juros sobre Capital Próprio, imputados aos dividendos, na forma da Lei nº 9.249/95, a não ser que os órgãos da administração informem, em exposição justificativa à Assembleia Geral Ordinária, que tal distribuição de dividendos é incompatível com a situação financeira da Companhia, deixando de distribuir os dividendos obrigatórios aqui fixados; **(d)** Quanto ao saldo remanescente, após as deduções acima, o Conselho de Administração poderá propor, e a Assembleia deliberar, a sua distribuição aos acionistas, ou destiná-lo para a constituição de uma Reserva de Investimento e Capital de Giro, que terá por finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente, ou acréscimos ao capital de giro, para amortizar dívidas da Companhia, bem como para o funcionamento de sociedades controladas e coligadas, formada pela parcela anual deliberada pela Assembleia Geral. Esta reserva, em conjunto com a Reserva Legal, não poderá exceder o valor do Capital Social, e poderá ser utilizada para a absorção de prejuízos, sempre que necessário, para a distribuição de dividendos, a qualquer momento, para operações de resgate, reembolso ou compra de ações, ou ser incorporada ao Capital Social; **(e)** O saldo, se houver, terá o destino que for deliberado pela Assembleia Geral. **Artigo 23** – O montante de juros a título de remuneração do capital próprio, que vier a ser pago por opção da Companhia, em espécie ou *in natura*, total ou parcialmente, na forma do Artigo 9º da Lei nº 9.249/95, poderá ser, a critério do Conselho de Administração, deduzido do valor do dividendo obrigatório de que trata o item 'c', parágrafo 2º, artigo 22 deste Estatuto Social, conforme facultado pelo § 7º, artigo 9º, Lei nº 9.249/95. **Artigo 24** – A Diretoria poderá levantar, a qualquer tempo, balanços semestrais, trimestrais, bimestrais ou mensais, que poderão ser utilizados pelo Conselho de Administração para declarar dividendos à conta dos lucros apurados em tais balanços, bem como declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes em tais balanços, atendendo, sempre, ao limite estabelecido no artigo 204, § 1º, Lei 6.404/76 e aos limites legais. **Parágrafo Único** – Quando declarados dividendos intermediários, em percentual não inferior ao obrigatório, o Conselho de Administração poderá autorizar, *ad referendum* da Assembleia Geral, participação proporcional aos administradores. **Artigo 25** – A Companhia poderá remunerar os acionistas mediante pagamento de juros sobre capital próprio, na forma e dentro dos limites estabelecidos em lei. **Parágrafo Único** – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório. **Artigo 26** – Revertem em favor da Companhia os dividendos não reclamados em 03 (três) anos, contados da publicação da ata que aprovou a sua declaração. **CAPÍTULO IX - ACORDOS DE ACIONISTAS - Artigo 27** – Os Acordos de Acionistas, devidamente registrados e arquivados na sede da Companhia, que disciplinem sobre a compra e venda de ações, o direito de preferência na compra de ações, o exercício do direito a voto ou o poder de controle, serão sempre observados pela Companhia, cabendo à Administração abster-se de registrar transferências de ações contrárias às disposições destes acordos, e ao Presidente da Assembleia Geral

República Federativa do Brasil



Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Foro Regional
de São José dos Pinhais - Estado do Paraná

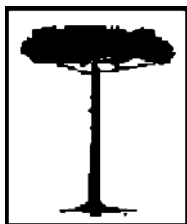
SERVIÇO NOTARIAL E PROTESTO
1º OFÍCIO

BEL. DALTON BISHOP CORDEIRO
RUA IZABEL A REDENTORA, 2230
CEP 83005-010-FONE/FAX: (041) 3299-2800

Livro 1580	Folha 020	Rubrica
Cod.Esc. 0009	P. interno 5694/22	Página 009

ou do Conselho de Administração abster-se de computar votos lançados em discordância destes instrumentos. **Parágrafo Único** – As obrigações e responsabilidades resultantes de Acordos de Acionistas serão oponíveis a terceiros tão logo estes instrumentos tenham sido devidamente averbados nos livros de registro da Companhia, observado o Artigo 118 da Lei 6.404/76 com a redação que lhe foi dada pela Lei 10.303/01. **CAPÍTULO X – ARBITRAGEM - Artigo 28** – A Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal (quando instalado), obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e efeitos das disposições contidas na Lei 6.404/76, neste Estatuto Social e nas normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral. **Parágrafo Único** – Elege-se a Câmara de Arbitragem do Mercado, instituída pela Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, nos termos de seu Regulamento de Arbitragem, para dirimir as questões, disputas, controvérsias ou avenças entre as referidas acima. **CAPÍTULO XI – LIQUIDAÇÃO - Artigo 29** – A Companhia se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger o liquidante, ou liquidantes, e o Conselho Fiscal, que deverão funcionar no período de liquidação, fixando-lhes os poderes e remuneração. **CAPÍTULO XII - DISPOSIÇÕES GERAIS - Artigo 30** – Os casos omissos neste Estatuto Social serão disciplinados pelas leis e regulamentos aplicáveis em vigor e decididos ou solucionados pelo Conselho de Administração. SOB MINUTA APRESENTADA, QUE FICA ARQUIVADA ÀS FLS. 173/183 DO ARQUIVO DE DOCUMENTOS Nº 171 DESTE SERVIÇO NOTARIAL. Realizada consulta à base de dados da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens - CNIB, foi verificado que consta as seguintes informações:; Data: 16/05/2023, 10:00:00 - Hash: 23aa.cbb8.0690.d7a8.c730.41eb.e2f3.a9dc.d6c5.6de9 - CPF/CGC: 42331462000131 - Nome: EMBPAR PARTICIPAÇÕES S/A - Negativa, Nada consta. **Foi apresentada a guia de Recolhimento do Funrejus sob nº 1400000009243411-3 no valor de R\$ 20,00, quitada nesta data.** Assim o disseram, do que dou fé. E de como assim o disse do que dou fé, pedi-me e eu lhe lavrei este instrumento, que depois de lido e achado em tudo conforme, aceita, outorga e assina digitalmente de acordo com medida provisória 2.200-2 de 24 de agosto de 2001 e provimento nº 100 de 26 de maio de 2020, expedido pelo Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre o funcionamento dos serviços Notariais durante o período de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus, dispensando a presença e as assinaturas das testemunhas na forma do que lhes faculta o contido no Art. 676, do Provimento nº 270/2017 da Egrégia Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Paraná, tudo perante mim(A.) **MARIA ISABEL SCHIOCHET MARTINS - ESCRIVENTE** que a escrevi. Eu **Bel. DALTON BISHOP CORDEIRO - Primeiro Tabelião**, que a subscrevo. São José dos Pinhais, 16 de maio de 2023. (AA.) LUCIANO RIBAS BATTISTELLA, CRISTIANO LOCATELLI, MELISSA TELMA FIGUEIREDO. Nada mais. **AVERBAÇÃO: CF. ART. 45/CNC, PROV. 249/2013, Para Constar que o ato foi lavrado digitalmente através da plataforma e-notariado, de acordo com Provimento nº 100/20 do Conselho Nacional de Justiça, sob matrícula eletrônica nº 080028.2023.05.16.00000628-80. DOU FÉ.** Traslada em seguida, conferi e dou fé.

República Federativa do Brasil



Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Foro Regional
de São José dos Pinhais - Estado do Paraná

SERVIÇO NOTARIAL E PROTESTO
1º OFÍCIO

BEL. DALTON BISHOP CORDEIRO
RUA IZABEL A REDENTORA, 2230
CEP 83005-010-FONE/FAX: (041) 3299-2800

Livro 1580	Folha 021	Rubrica
Cod.Esc. 0009	P. interno 5694/22	Página 010

Eu, _____ Primeiro Tabelião, que o fiz digitar, subscrevo, dato e assino em público e raso. Custas V.R.C. 1.260,00 = R\$ 309,96; ISS = R\$ 6,20; Funrejus = R\$ 20,00; FUNDEP = R\$ 15,50; Distribuidor = R\$ 12,76; Selo = R\$ 16,00. O instrumento foi protocolado sob nº 01907/2023, no livro de protocolo geral nº 55, em data de 16/05/2023.

Selo número: SFTN2.6JOcN.CUjF9-pQuek.1124q



São José dos Pinhais, 16 de maio de 2023.

Em Testemunho _____ da Verdade.

Assinado digitalmente por:
DALTON BISHOP CORDEIRO
CPF: 034.018.639-91
Certificado emitido por AC Notarial RFB G4
Data: 06/06/2023 17:00:24 -03:00






MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: WDM5W-R7GKN-XQ4R9-SCX2A

Matrícula Notarial Eletrônica: 080028.2023.05.16.00000628-80

Este documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

 DALTON BISHOP CORDEIRO (CPF 034.018.639-91) em 06/06/2023 17:00

Para verificar as assinaturas acesse <https://assinatura.e-notariado.org.br/validate> e informe o código de validação ou siga o link a abaixo:

<https://assinatura.e-notariado.org.br/validate/WDM5W-R7GKN-XQ4R9-SCX2A>



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa COTRASA PARTICIPACOES SOCIEDADE ANONIMA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
00890299927	
01636039952	
01650434901	
69938490972	

ANEXO V
PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA COMPANHIA A SER DELIBERADO EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2023, ÀS 11:00

LAUDO DE AVALIAÇÃO DA REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

LAUDO DE AVALIAÇÃO

COTRASA PARTICIPACOES S/A

São José dos Pinhais, 31 de julho de 2023.

1

Nós peritas avaliadoras, **Daiane Pedroso**, brasileira, casada, portadora da carteira de identidade RG nº 8.796.435-3 SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob nº 008.902.999-27, **Terezinha do Rocio Machado Wendler**, brasileira, casada, portadora da carteira de identidade RG nº 3.764.739-O PR, inscrita no CPF/MF sob nº 748.047.159-91, e **Moacir José Krainz**, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade RG nº 2.374.464 SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob nº 612.050.289/00, todos com endereço comercial na Alameda Bom Pastor, 3700, São José dos Pinhais Estado do Paraná, nomeados para procedermos a avaliação do acervo líquido da **COTRASA PARTICIPAÇÕES S/A (Cotrasa S/A)**, pessoa jurídica de direito privado, com sede, foro e domicílio na cidade e comarca de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, Alameda Bom Pastor, 2094, sala 3, Bairro Ouro Fino, CEP 83015 140, São José dos Pinhais/PR, inscrita no CNPJ nº. 51.224.056/0001-60, com seus atos constitutivos arquivados e registrados perante a Junta Comercial do Estado do Paraná, NIRE nº 41300321841, em sessão de 28/06/2023 em conformidade com as disposições da Lei 6.404./76, emite o presente laudo.

FINALIDADE DA AVALIAÇÃO

O presente laudo tem por finalidade determinar o valor patrimonial do acervo líquido da **COTRASA PARTICIPAÇÕES S/A (Cotrasa S/A)**.

BASE DA AVALIAÇÃO

A avaliação foi procedida pelo critério de valor contábil, com base em balanço patrimonial levantado exclusivamente para este fim, na data de 31 de julho de 2023.

Os exames foram efetuados a partir dos registros contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tendo sido examinados os documentos e dados pertinentes ao assunto.

LAUDO DE AVALIAÇÃO

COTRASA PARTICIPAÇÕES S/A

São José dos Pinhais, 31 de julho de 2023.

2

RESULTADO DA AVALIAÇÃO

Como resultado do nosso trabalho, concluímos que o valor do acervo líquido da **COTRASA PARTICIPAÇÕES S/A (Cotrasa S/A)** em 31 de julho de 2023 é de R\$ 302.920,83 (trezentos e dois mil reais, novecentos e vinte reais e oitenta e três centavos), que considera inclusive os métodos e critérios estabelecidos pelas Leis 11.638/2007 e Lei 11.941/2009 para adequação às práticas internacionais de contabilidade. Os valores correspondentes ao acervo patrimonial são os seguintes:

COTRASA PARTICIPAÇÕES S/A	
51.224.056/0001-60	
31 DE JULHO DE 2023	
ATIVO	31.07.2023
ATIVO CIRCULANTE	10.000
Caixa e equivalente de caixa	10.000
ATIVO NÃO CIRCULANTE	11.339.881
Investimentos	11.339.881
TOTAL DO ATIVO	11.349.881
PASSIVO	31.07.2023
PASSIVO CIRCULANTE	-
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.349.881
Capital social	11.349.881
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.349.881

Encerrados esses trabalhos, lavramos o presente laudo que reflete os valores expressos nos livros e registros acima mencionados.

Curitiba, 31 de julho de 2023.

Atenciosamente,

LAUDO DE AVALIAÇÃO

COTRASA PARTICIPACOES S/A

São José dos Pinhais, 31 de julho de 2023.

3

Daiane Pedroso
Contadora

Terezinha do Rocio Machado
Contadora

Moacir Krainz
Contador

ANEXO VI

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA COMPANHIA A SER DELIBERADO EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2023, ÀS 11:00

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DA COMPANHIA REFERENTES AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Aos Administradores e Acionistas da
EMBPART PARTICIPAÇÕES S.A.
São José dos Pinhais -PR**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da **EMBPART PARTICIPAÇÕES S.A.** (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas da **EMBPART PARTICIPAÇÕES S.A.** e suas controladas (consolidado), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EMBPART PARTICIPAÇÕES S.A. (Companhia) e da EMBPART PARTICIPAÇÕES S.A. e suas controladas (Consolidado) em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individual e consolidado para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa

Frente ao atual cenário brasileiro e mundial, tendo em vista guerra e com reflexos da pandemia, inúmeras empresas apresentam-se ainda com dificuldades financeiras. Sendo assim a inadimplência tornou-se um tema de grande preocupação. Conforme a nota explicativa n. 5 - Contas a receber de clientes, a Companhia mantinha em 31 de dezembro de 2022 saldo a receber de clientes no consolidado o montante de R\$ 93.101 mil (R\$ 48.560 mil em 31.12.2021). Sobre esses créditos tem constituído provisão em 31 de dezembro de 2022 no valor de R\$ 3.888 mil (R\$ 6.893 mil em 31.12.2021) no Consolidado. Para fins de mensuração a Companhia lista todos os créditos vencidos e a vencer e avalia a situação desses créditos, se realmente estão em atraso ou com potencial risco de atraso (conceito de perda incorrida e perda esperada), histórico de negociação com o cliente e sua situação financeira com apoio da área de Crédito, onde a partir de então, determina o valor da provisão.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação detalhada dos procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação do contas a receber que são reconhecidos pelo



valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *Impairment* (perdas no recebimento de créditos). Testamos, através dos relatórios financeiros, políticas de créditos e cobrança e mediante testes documentais e consultas junto aos clientes (circularização), a veracidade dos valores registrados contabilmente.

Com base nas premissas utilizadas pela Companhia, avaliamos a razoabilidade dos cálculos para reconhecimento e mensuração das perdas no recebimento de créditos, o histórico das negociações com os principais clientes em termos de relevância do crédito e histórico de perdas. Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para determinação da provisão para perdas no recebimento de crédito são adequados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações contábeis.

Estoques, custos de produção e ociosidade

Conforme a nota explicativa n. 6 - Estoques, a Companhia mantinha, em 31 de dezembro de 2022, saldo de estoques de produtos acabados, em elaboração, matérias primas, revenda, devolução esperada de clientes e outros estoques no montante de R\$ 69.441 mil (R\$ 32.211 mil em 31.12.2021) no Consolidado.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação detalhada dos procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação dos estoques que estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Para avaliarmos se os itens estão valorados corretamente, testamos o cálculo do custo médio dos estoques, do custo de produção do período, do custo do produto vendido e o cálculo da ociosidade do período, bem como, avaliamos os apontamentos de produção e os critérios de rateio dos gastos indiretos. Efetuamos ainda, acompanhamento dos procedimentos de inventário, bem como inspeção in loco para avaliação da acuracidade dos itens. Consideramos também a adequação das divulgações efetuadas em relação aos estoques.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para mensuração dos valores dos estoques são adequados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações contábeis.



Empréstimos e Financiamentos

Conforme a nota explicativa n. 14 – Empréstimos e Financiamentos. A Companhia em 31 de dezembro de 2022, possuía saldo de empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 81.988 mil (R\$ 55.524 mil em 31.12.2021) no Consolidado. O que indica um acréscimo de R\$ 26.464 mil, em relação ao ano anterior, das obrigações junto as instituições financeiras.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, análise dos contratos vigentes no exercício, recálculo e validação dos controles financeiros, acesso *online* as instituições financeiras com os responsáveis no financeiro da companhia, circularização e confirmação dos saldos junto as instituições credoras, testes e recálculo dos juros reconhecidos e a apropriar no período.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para mensuração dos valores dos estoques são adequados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações contábeis.

Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis

Conforme a nota explicativa n. 18 - Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis. A Companhia e suas empresas controladas são partes em processos administrativos e judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. Para aqueles processos nos quais as chances de não se obter êxito são maiores que as chances de se obter êxito, conforme opinião corroborada junto aos consultores jurídicos da Companhia, é registrada provisão em montante suficiente para cobrir perdas esperadas. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui constituída provisão sobre processos em andamento de natureza trabalhista, tributária e cível, cuja estimativa de perda provável é de R\$ 1.327 mil (R\$ 3.836 mil em 31.12.2021), na Controladora e R\$ 3.821 mil (R\$ 6.574 mil em 31.12.2021) no Consolidado.

A Companhia e sua controlada são parte de processos de natureza tributária, cível e trabalhista classificados como perda possível, os quais não são provisionados no passivo, mas devem ser divulgados nas demonstrações contábeis. Em 31 de dezembro de 2022, os montantes de R\$ 5.110 (R\$ 15.121 em 31.12.2021), atendiam tais critérios e estão sendo divulgados em nota explicativa. A determinação da probabilidade de êxito nos processos em andamento envolve incertezas, incluindo, mas não limitado a decisões das cortes e tribunais, acordos entre as partes envolvidas e ações governamentais. Consideramos esse



tema foco de auditoria, dada a relevância dos valores envolvidos e a subjetividade no processo de classificação de riscos de perda.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e a avaliação do processo e dos controles internos estabelecidos pela diretoria para identificação, mensuração, reconhecimento e divulgação dos processos nas demonstrações contábeis. Adicionalmente, incluíram a obtenção de confirmações dos assessores jurídicos internos e externos contemplando os prognósticos de perda para os processos, bem como a sua respectiva quantificação para cada perspectiva de risco de perda envolvida e das estimativas e critérios utilizados pela diretoria para os principais processos em andamento, considerando, também, a evolução dessas causas, quando aplicável.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria para a determinação dos passivos contingentes e as consequentes divulgações em notas explicativas estão consistentes com os dados e informações recebidas ao longo da nossa auditoria.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos na norma citada e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas comparativas de 31 de dezembro de 2021

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da EMBPAR PARTICIPAÇÕES S.A. do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas comparativamente, foram



auditadas por outros auditores, que emitiram relatório dos auditores independentes sem modificação de opinião datado de 28 de março de 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou de suas controladas ou cessar suas operações ou de suas controladas, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis



individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Florianópolis, 13 de março de 2023.

VGA AUDITORES INDEPENDENTES

CRC/SC 618/O-2 CVM 368-9

GUILHERME LUIS SILVA:81246749904
Assinado de forma digital
por GUILHERME LUIS
SILVA:81246749904
Dados: 2023.03.13 14:46:42
-03'00'

904

GUILHERME LUIS SILVA

Diretor

CRC/SC 19.408/O-2

Embpar Participações S.A.

EMBPART PARTICIPAÇÕES S.A
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 42.331.462/0001-31

Relatório do Desempenho 2022

A Diretoria da companhia Embpar Participações S.A., (Bovespa EPAR3), com sede a Alameda Bom Pastor, nº 3700, bairro Barro Preto, São José dos Pinhais/PR, apresenta e submete à apreciação o Relatório do Desempenho de 31 de dezembro de 2022, da Controladora e do Consolidado.

As Demonstrações Financeiras consolidadas da Companhia são apresentadas em conformidade com o International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Companhia, através de sua subsidiária Cotrasa Veículos e Serviços Ltda., atua no segmento de comércio de caminhões e ônibus Scania, seus acessórios e a prestação de serviços de assistência técnica; e, através de sua subsidiária Battistella Indústria e Comércio Ltda., atua no segmento de industrialização e comércio de madeiras e seus derivados.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultado – Consolidado

Resultado Consolidado do período	31/12/2022	31/12/2021	Variação %
Receita Líquida de Vendas	1.086.530	943.247	15%
(-) Custos dos Bens e Serviços vendidos	(902.556)	(786.838)	15%
Lucro Bruto	183.974	156.409	18%
Despesas com Vendas	(59.813)	(44.964)	33%
Despesas Gerais e Administrativas	(56.118)	(53.366)	5%
Outras receitas (despesas) operacionais	29.378	19.774	49%
Despesas financeiras líquidas	(8.887)	(4.016)	121%
Resultado antes do IR/CSLL	88.534	73.837	20%
Imposto Renda e Contribuição Social	(25.084)	57	-44107%
Lucro (Prejuízo) do período	63.450	73.894	-14%

Houve redução de 14% no lucro bruto da Companhia, em 31 de dezembro de 2022 comparado com 2021.

DESPESAS OPERACIONAIS

Comercial

Despesas com Vendas	31/12/2022	31/12/2021	Variação %
Salários, encargos e comissões	11.400	9.928	15%
Entregas	43.973	30.341	45%
Outras	4.440	4.695	-5%
Total	59.813	44.964	33%

Percentual sobre a ROL	5,50%	4,77%
------------------------	-------	-------

Embar Participações S.A.

Gerais e Administrativas

Despesas Gerais e Administrativas	31/12/2022	31/12/2021	Varição %
Salários e encargos	20.106	19.336	4%
Honorários de administradores	2.540	2.238	13%
Aluguel e arrendamento	6.068	5.604	8%
Manutenção e conservação	3.712	3.389	10%
Depreciação e amortização	766	761	1%
Guarda e segurança	1.208	1.360	
Impostos, taxas e contribuições	512	4.309	-88%
Honorários serviços profissionais	7.248	8.517	-15%
Comunicações	803	700	15%
Viagens	1.051	501	110%
Propaganda e publicidade	6.819	1.405	
Outras	5.285	5.246	1%
Total	56.118	53.366	5%

Percentual sobre a ROL	5,16%	5,66%
------------------------	-------	-------

EBITDA – *Earning Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*

LAJIDA - Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização

Consolidado

EBITDA	31/12/2022	% s/Rol	31/12/2021	% s/Rol	2020 - 2021
(=) Lucro (Prej.) do Exercício	63.450	5,84%	73.894	7,83%	(10.444)
(+) IR e CPLL	25.084	2,31%	(57)	-0,01%	25.141
(+/-) Resultado Financeiro	8.887	0,82%	4.016	0,43%	4.871
(+) Depreciação e amortização	6.834	0,63%	7.738	0,82%	(904)
EBITDA	104.255	9,60%	85.591	9,07%	18.664

Rol - Receita Operacional Líquida	1.086.530	943.247	143.283
--	------------------	----------------	----------------

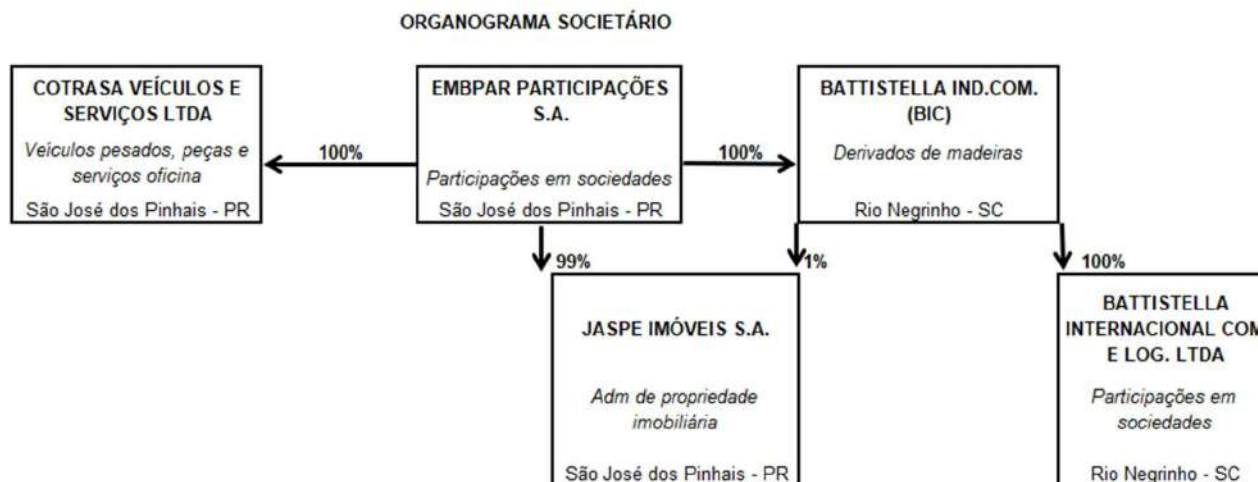
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO

Endividamento líquido	31/12/2022	31/12/2021	2022 - 2021
Disponibilidades	33.542	59.484	(25.942)
Caixa e Equivalentes de Caixa	33.542	59.484	(25.942)
Endividamento	90.996	68.361	22.635
Empréstimos bancários	81.988	55.524	26.464
Financiamento por arrendamento - CPC 06	9.008	12.837	(3.829)
Endividamento líquido	57.454	8.877	48.577
Endividamento líquido	48.446	(3.960)	52.406
Financiamento por arrendamento - CPC 06	9.008	12.837	(3.829)

Considerando endividamento bancário + financiamento por arrendamento-CPC 06, a Companhia registrou um aumento de R\$ 48.577 em 31 de dezembro de 2022, comparado com 2021.

Embar Participações S.A.

ESTRUTURA SOCIETÁRIA E DESEMPENHO ECONÔMICO POR SETORES



MERCADO E SEGMENTO

a. – VEÍCULOS PESADOS

Segundo dados da Fenabrave, no ano de 2022 as vendas de caminhões tiveram uma queda de 2,21%, quando comparadas a 2021, no entanto, a companhia conseguiu aumentar seu faturamento em 17% em comparação com o 2021.

Cotrasa Veículos e Serviços Ltda.

Atua no comércio de veículos pesados, seus acessórios e a prestação de serviços de assistência técnica, através de concessionárias autorizadas. Além disso, o segmento mantém a venda de contratos de manutenção preventiva e pacotes promocionais.

A área de atuação abrange 246 municípios no estado do Paraná, os quais são atendidos por seis filiais e um posto de serviço.

Evolução Segmento Veículos Pesados	31/12/2022	31/12/2021	Var %
Receita Bruta de Vendas e Serviços	998.383	854.804	17%
Receita bruta revenda de mercadorias	962.734	825.549	17%
Receita bruta prestação de serviços	34.748	28.683	21%
Outras Receitas	901	572	58%
Deduções das Vendas e Serviços	(119.847)	(94.917)	26%
Cancelamentos, abatimentos, etc	(11.775)	(1.884)	525%
Impostos s/vendas	(108.072)	(93.033)	16%
Receita Líquida Vendas e Serviços	878.536	759.887	16%
(-) Custo das Vendas	(768.932)	(672.753)	14%
(-) Custo revenda de mercadorias	(760.125)	(664.955)	14%
(-) Custo prestação de serviços	(8.807)	(7.798)	13%
Lucro Bruto	109.604	87.134	26%

A empresa apresentou aumento nas receitas de serviços, demonstrando bom desempenho nas estratégias comerciais para incrementar a receita de vendas.

Embar Participações S.A.

b. – FLORESTAL

Battistella Indústria e Comércio Ltda.

O segmento florestal é dedicado à industrialização e comercialização de derivados de madeira e toras de pinus.

Evolução Segmento Madeiras	31/12/2022	31/12/2021	Var %
Receita Bruta de Vendas e Serviços	222.539	199.246	12%
Receita bruta venda produto acabado	173.227	164.747	5%
Receita bruta revenda de mercadorias	27.752	13.197	110%
Receita bruta prestação de serviços	1.812	2.886	-37%
Outras Receitas	19.748	18.416	7%
Deduções das Vendas e Serviços	(14.547)	(15.885)	-8%
Cancelamentos, abatimentos, etc	(5.696)	(6.262)	-9%
Impostos s/vendas	(8.851)	(9.623)	-8%
Receita Líquida Vendas e Serviços	207.992	183.361	13%
(-) Custo das Vendas	(133.624)	(114.085)	17%
(-) Custo venda produtos acabados	(101.591)	(84.107)	21%
(-) Custo revenda de mercadorias	(30.367)	(27.679)	10%
(-) Custo prestação de serviços	(1.666)	(2.299)	-28%
Lucro Bruto	74.368	69.276	7%

O segmento apresentou acréscimo de 7% no Lucro Bruto, em 30 de dezembro de 2022, comparado com 2021.

São José dos Pinhais, 13 de março de 2023.

Conselho de Administração:	Diretoria:
Presidente:	Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores:
Maurício Valente Battistella	Luciano Ribas Battistella
Conselheiros:	Diretor:
Luciano Ribas Battistella	Cristiano Locatelli
Melissa Telma Figueiredo	
Contadora:	
Daiane Pedroso Guillarducci - CRC: PR 070304/O-7	

EMBPART PARTICIPAÇÕES S.A. (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

BALANÇO PATRIMONIAL EM
(valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	-	33.542	59.484
Contas a receber de clientes	5	-	-	93.101	48.560
Estoques	6	-	-	69.441	32.211
Impostos a recuperar	7	15	-	17.886	22.447
Adiantamentos diversos		-	-	3.377	7.741
Outras contas a receber	8	-	-	8.326	2.377
Dividendos a receber	9	13.974	20.795	6.530	-
Transações com partes relacionadas	9	43	812	-	-
Despesas antecipadas		-	-	237	220
Total Ativo Circulante		14.032	21.607	232.440	173.040
Não circulante					
Depósitos judiciais	18	703	703	1.592	858
Impostos a recuperar	7	-	-	2.059	3.113
Impostos Diferidos	24	-	-	9.570	17.626
Outras contas a receber	8	4.478	-	7.096	6.760
		5.181	703	20.317	28.357
Investimentos	10	122.503	90.276	-	-
Imobilizado	11	4	271	17.684	19.745
Propriedades para investimentos	12	-	-	36.700	24.543
Direito de uso em arrendamento	16	-	-	8.511	12.403
Intangível		-	1	29	40
		122.507	90.548	62.924	56.731
Total Ativo Não circulante		127.688	91.251	83.241	85.088
Total do ATIVO		141.720	112.858	315.681	258.128

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMBPART PARTICIPAÇÕES S.A. (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

BALANÇO PATRIMONIAL EM
(valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante					
Fornecedores	13	-	112	48.297	34.052
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	56.212	17.225
Instrumentos financeiros derivativos	15	-	-	2.677	202
Financiamento por arrendamento	16	-	-	6.574	5.682
Obrigações sociais e trabalhistas	21	2	603	6.543	10.606
Parcelamentos federais - PAES, REFIS e PERT	19	402	290	1.918	290
Parcelamentos obrigações sociais	21	1.278	-	3.413	-
Obrigações tributárias	20	15	587	2.773	9.369
Cretores diversos	17	1.714	901	1.199	2.314
Dividendos mínimos obrigatórios	23	317	-	317	-
Dividendos propostos	23	18.462	9.809	24.991	9.809
Adiantamento de clientes	17	-	-	2.113	4.101
Total Passivo Circulante		22.190	12.302	157.027	93.650
Não circulante					
Fornecedores	13	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	23.099	38.299
Financiamento por arrendamento	16	-	-	2.434	7.156
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	18	1.327	3.836	3.821	6.574
Obrigações sociais e trabalhistas	21	-	2.179	969	5.197
Obrigações tributárias	20	-	127	-	5.243
Parcelamentos federais - PAES, REFIS e PERT	19	1.609	1.714	2.600	1.714
Impostos Diferidos	24	-	-	9.023	7.358
Cretores diversos	17	1.729	2.631	1.843	2.868
Total Passivo Não Circulante		4.665	10.487	43.789	74.409
Patrimônio líquido	23				
Capital social		45.000	45.000	45.000	45.000
Reserva de Lucros		69.865	30.786	69.865	30.786
Ajuste de avaliação patrimonial		-	14.283	-	14.283
Ajustes iniciais CPCs 47 e 48		-	-	-	-
Prejuízos acumulados		-	-	-	-
Patrimônio líquido atribuído a participação dos acionistas controladores		114.865	90.069	114.865	90.069
Total do passivo e do patrimônio líquido		141.720	112.858	315.681	258.128

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMBPART PARTICIPAÇÕES S.A. (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS DOS PERÍODOS FINDOS EM
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida de vendas	25	-	-	1.086.530	943.247
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	26	-	-	(902.556)	(786.838)
Lucro bruto		-	-	183.974	156.409
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	26	-	-	(59.813)	(44.964)
Gerais e administrativas	26	(2.226)	(4.683)	(56.098)	(53.366)
Resultado da Equivalência Patrimonial	10	59.486	74.172	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	27	2.520	8.200	29.362	19.774
		59.780	77.689	(86.549)	(78.556)
Resultado financeiro, líquido					
Receitas financeiras	28	109	-	19.730	4.594
Despesas financeiras	28	-	(3.795)	(28.620)	(9.576)
Variação cambial, líquida		109	(3.795)	(6.441)	966
				(15.331)	(4.016)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		59.889	73.894	82.094	73.837
Imposto de renda e contribuição social	24				
Corrente		(15)	-	(15.362)	(16.003)
Diferido		-	-	9.460	16.060
Crédito IRPJ e CSLL - Base Negativa e Prejuízo Fiscal		3.576	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do período	29	63.450	73.894	76.192	73.894
Lucro líquido (prejuízo) atribuído aos: acionistas controladores		63.450	73.894	76.192	73.894
Lucro líquido (prejuízo) por ação					
Lucro líquido (prejuízo) básico/diluído por ação ON - R\$ 1		4,2699	4,9727		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	ON	ON
Total de ações	14.860	14.860
TOTAL	14.860	14.860

EMBPART PARTICIPAÇÕES S.A. (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EM
(valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Resultado do período	63.450	73.894	76.192	73.894
Resultado abrangente do exercício	63.450	73.894	76.192	73.894
Atribuído a sócios da Companhia Controladora	63.450	73.894	76.192	73.894

EMBPART PARTICIPAÇÕES S.A. (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**
(valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Lucros à Disposição da AGO	Lucro (Prejuízo) Acumulado	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Controladora/Consolidado
Em 31 de dezembro de 2019	45.000	-	-	(48.492)	13.579	10.087
Lucro líquido do exercício	-	-	-	15.897	-	15.897
Em 31 de dezembro de 2020	45.000	-	-	(32.595)	13.579	25.984
Lucro líquido do exercício	-	-	-	32.595	-	32.595
Em 31 de dezembro de 2021	45.000	2.065	28.721	-	14.283	90.069
Lucro líquido do exercício	-	-	-	63.450	-	63.450
Reserva Legal	-	3.887	-	(3.887)	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	(20.192)	(18.462)	-	(38.654)
Baixa ajuste avaliação patrimonial (Nota 23d)	-	-	-	14.283	(14.283)	-
Lucros à disposição da AGO	-	-	55.384	(55.384)	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	45.000	5.952	63.913	-	-	114.865

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMBPART PARTICIPAÇÕES S.A. (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM

Método Indireto

(valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		63.450	73.894	82.094	73.837
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social					
Depreciação e amortização		1	1	6.852	7.738
Impairment de ativos		-	-	2	6
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos e empréstimos	28	-	-	5.733	1.799
Equivalência patrimonial	10	(59.486)	(74.172)	-	-
Ajuste valor justo de propriedade p/investimento		-	-	(8.241)	(1.067)
Ajuste a valor presente - fornecedores		-	-	(25)	(8)
Provisão perda impostos a recuperar	7	-	-	-	2.186
Provisão para credito de liquidação duvidosa	5	-	3.072	(5)	(36)
Constituição (reversão) da provisão para obsolescência de estoques	6	-	-	(269)	18
Constituição provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	18	(2.509)	-	(2.753)	(793)
Movimentação CPC 47 e 48		-	-	(2.396)	1.368
Movimentação CPC 06		-	-	(1.928)	(2.013)
Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	2.475	202
		1.456	2.795	81.539	83.237
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes	5	-	-	(44.536)	(25.810)
Estoques	6	-	-	(36.961)	(19.394)
Impostos a recuperar	7	(15)	-	(3.955)	(18.623)
Outras contas a receber	8	(4.478)	322	(13.549)	(204)
Despesas antecipadas		-	-	(17)	23
Adiantamentos		-	-	4.364	650
Dividendos a receber		6.821	(18.576)	-	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores	13	(112)	(181)	14.270	23.750
Obrigações tributárias e sociais	20 e 21	(2.780)	(4.326)	(14.201)	(9.640)
Imposto de renda e contribuição social		(15)	-	(15.362)	(16.003)
Adiantamento de clientes	17	-	-	(1.988)	(4.415)
Financiamento por arrendamento		-	-	(3.830)	(3.333)
Outras contas a pagar		(89)	838	1.879	(2.919)
Juros sobre empréstimos pagos		-	-	(3.747)	(3.557)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		788	(19.128)	(36.094)	3.762
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento					
Alienação de propriedades para investimento	12	-	-	-	17.500
Aquisição de propriedade para investimentos		-	-	-	(224)
Alienação de ativo imobilizado	27	267	-	2.455	372
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	11	-	-	(2.064)	(3.804)
Aumento de Capital em Investida	10	-	(1.680)	-	-
Operações com empresas ligadas líquido		769	(690)	-	-
Dividendos recebidos controlada		12.459	21.498	-	-
(Aplicação) resgate de títulos e valores mobiliários		-	-	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		13.495	19.128	391	13.844
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Captação de empréstimos e financiamentos - terceiros	14	-	-	39.846	45.882
Pagamento de empréstimos e financiamentos - terceiros	14	-	-	(15.802)	(18.266)
Ajuste avaliação patrimonial		(14.283)	-	(14.283)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(14.283)	-	9.761	27.616
(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		-	-	(25.942)	45.222
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		-	-	59.484	14.262
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		-	-	33.542	59.484
		-	-	(25.942)	45.222

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

EMBPART PARTICIPAÇÕES S.A. (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM
(valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
RECEITAS					
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	25	-	-	1.086.530	943.247
Outras receitas		2.520	8.200	48.552	28.349
Provisão créditos de liquidação duvidosa		-	-	(5)	(36)
		<u>2.520</u>	<u>8.200</u>	<u>1.135.077</u>	<u>971.560</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Custos produtos, mercadorias e serviços vendidos	26	-	-	(902.556)	(786.838)
Materiais - energia serviços terceiros - outros		-	-	(125.144)	(27.513)
Outros		-	-	(1.027.700)	(814.351)
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.027.700)</u>	<u>(814.351)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO		<u>2.520</u>	<u>8.200</u>	<u>107.377</u>	<u>157.209</u>
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		-	-	(6.852)	(7.738)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		<u>2.520</u>	<u>8.200</u>	<u>100.525</u>	<u>149.471</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO (CEDIDO) EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de equivalência patrimonial e empreendimento em conjunto	10	59.486	74.172	-	-
Receitas Financeiras	28	109	-	19.730	10.164
Outros		3.561	-	12.742	-
		<u>63.156</u>	<u>74.172</u>	<u>32.472</u>	<u>10.164</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (RECEBER)		<u>65.676</u>	<u>82.372</u>	<u>132.997</u>	<u>159.635</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
		<u>65.676</u>	<u>82.372</u>	<u>132.997</u>	<u>159.635</u>
Remuneração direta		-	-	40.447	37.908
Benefícios		-	-	9.756	7.669
FGTS		-	-	3.226	3.063
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		2.226	4.683	447	30.924
Estaduais		-	-	833	232
Municipais		-	-	639	554
Remuneração de capitais de terceiros:					
Juros		-	3.795	240	4.014
Aluguéis		-	-	1.218	1.377
Remuneração de capitais próprios:					
Lucro (prejuízo) do período		63.450	73.894	76.192	73.894

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Embpar Participações S.A.

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

a. Atividades

A Embpar Participações S.A. (“Companhia” ou “Grupo”) é uma sociedade por ações com sede em São José dos Pinhais, Paraná e está registrada na Bolsa de Valores de São Paulo (“B3”) que figura, nessas demonstrações financeiras, como Controladora.

O acionista controlador da Companhia é a Aliança Battistella e Agropecuária e Administração de Bens S.A.

A Embpar Participações S.A. e suas controladas, tem como principais atividades preponderantes:

- Comércio de caminhões e ônibus da marca SCANIA, seus acessórios e a prestação de serviços de assistência técnica, através de concessionárias autorizadas;
- Industrialização e comércio de madeiras e seus derivados;
- Participação em outras sociedades.

b. Aumento e redução de Capital de Controladas

b.1 - Aumento de Capital na Cotrasa Veículos e Serviços Ltda

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01 de março de 2022 foi aprovada o aumento do capital social da controlada, no valor de R\$ 6.802, através da absorção das reservas de lucros a realizar, com base nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2021. Após o referido aumento, o capital social da controlada passa de R\$ 11.081 para R\$ 17.883.

b.2 - Redução de Capital na Cotrasa Veículos e Serviços Ltda

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de março de 2022 foi aprovada a redução do capital social da controlada, no valor de R\$ 9.783, através da transferência de cessão de direito da propriedade para investimento imóvel de Itapoá/SC, Após a referida redução, o capital social da controlada passa de R\$ 17.883 para R\$ 8.010.

c. Operação de reestruturação

c.1 – Incorporação da empresa “Battistella Máquinas Indústria e Comércio Ltda.”

Em 30 de abril de 2020, foi aprovada a incorporação da controlada Battistella Máquinas Indústria e Comércio Ltda. pela controlada Battistella Indústria e Comércio Ltda. A incorporação não implicou em alterações no capital social da Controladora uma vez que a mesma já detinha ações representativas de 100% do capital social das empresas envolvidas na operação.

c.2 – Reversão da Incorporação da empresa “Battistella Máquinas Indústria e Comércio Ltda.” na Battistella Indústria e Comércio Ltda.

Embpar Participações S.A.

Em 30 de outubro de 2020 houve a reversão da incorporação da controlada Battistella Máquinas Indústria e Comércio Ltda. pela controlada Battistella Indústria e Comércio Ltda., devido à reestruturação societária realizada entre as empresas ligadas.

c.3 – Incorporação da empresa “Battistella Máquinas Indústria e Comércio Ltda” pela Cotrasa Veículos e Serviços Ltda.

Em 30 de outubro de 2020, foi aprovada a incorporação total da controlada Battistella Máquinas Indústria e Comércio Ltda. pela controlada Cotrasa Veículos e Serviços Ltda. A incorporação não implicou em alterações no capital social da Controladora uma vez que a mesma já detinha ações representativas de 100% do capital social das empresas envolvidas na operação.

d. Alteração da razão social da controladora “Battistella Administração e Participações S.A.” para Embpar Participações S.A.

d.1 – Em 30 de abril de 2021, foi aprovada a alteração contratual da razão social da controladora Battistella Administração e Participações S.A. para Embpar Participações S.A.

e. Alteração da razão social da controlada “Florestal Rio Preto Ltda” para Battistella Internacional Comércio e Logística Ltda.

e.1 – Em 10 de junho de 2021, foi aprovada a alteração contratual da razão social da controlada Florestal Rio Preto Ltda para Battistella Internacional Comércio e Logística Ltda.

f. Aumento de capital na controlada Jaspe Imóveis S.A.

f.1 – Em 26 de março de 2022, foi registrada a 1ª Alteração contratual da controlada, onde aprova o aumento de capital no valor de R\$ 377.360 através dos imóveis cedidos pela controlada Battistella Indústria e Comércio no valor de R\$ 110.011 e pela controladora Embpar Participações S.A no valor de R\$ 267.348, totalizando o capital da controlada Jaspe Imóveis S.A. em R\$ 387.360.

f.2 – Em 31 de março de 2022, foi assinada a 2ª Alteração contratual da controlada, onde aprova o aumento de capital no valor de R\$ 387.360 através do imóvel cedidos pela controladora Embpar Participações S.A no valor de R\$ 9.783, totalizando o capital da controlada Jaspe Imóveis S.A. em R\$ 10.170.

2 Base de preparação e principais políticas contábeis

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Embpar Participações S.A.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros e propriedades para investimento é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

(a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e *joint ventures* nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

(b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

O quadro de participações está demonstrado a seguir:

Controladas	Atividade Principal	Local de constituição e Operação	Participação e capital votante detidos - %	
			31/12/2022	31/12/2021
Battistella Ind.e Com. Ltda.	Com.atacadista de madeira e produtos derivados	Rio Negrinho/SC	100,00%	100,00%
Tangará Participações Ltda.	Participações em sociedades	São José dos Pinhais/PR	100,00%	100,00%
Cotrassa Veículos e Serviços Ltda.	Comércio de veículos e serviços de oficina	São José dos Pinhais/PR	100,00%	100,00%
Jaspe Imóveis S.A.	Gestão e administração da propriedade imobiliária	São José dos Pinhais/PR	98,82%	-
Battistella Internacional Com. e Log. Ltda. *	Participações em sociedades	Rio Negrinho/SC	100,00%	100,00%

* a Embpar Participações S.A. possui o controle indireto através da controlada Battistella Indústria e Comércio Ltda.

Empar Participações S.A.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas a preparação pela Diretoria em 31 de dezembro de 2022.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras são elaboradas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e apresentadas em milhares de reais.

2.3 Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

Vendas de produtos

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- *A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;*
- *A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;*
- *O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;*
- *É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e*
- *Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.*

Mais especificamente, no caso da venda de caminhões e ônibus, a receita de vendas é reconhecida quando tais produtos são entregues aos clientes, e a titularidade legal do ativo é transferida. As receitas decorrentes das vendas de outros produtos são reconhecidas quando da entrega e transferência legal da titularidade dos mesmos.

Serviços

As receitas por serviços de assistência técnica prestados são reconhecidas no resultado do exercício por ocasião da conclusão total da prestação do serviço, não havendo qualquer incerteza sobre a sua aceitação pelo cliente.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização.

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco

Emmpar Participações S.A.

insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

2.5 Contas a receber

As contas a receber de clientes e outras contas a receber correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment* (perdas no recebimento de créditos e perdas esperadas). Normalmente na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente quando relevante e ajustado pela provisão para *impairment* e devoluções se necessária.

2.6 Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa da Companhia com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferido ("imposto diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, na medida em que for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

2.7 Investimentos

São representados por investimentos em empresas controladas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, em decorrência da participação da Companhia nestas empresas.

As Demonstrações Financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as mesmas adotadas pela Companhia.

Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e as controladas, são eliminados para fins de equivalência patrimonial, no balanço individual, e para fins de consolidação. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento nas controladas sofreu perda por desvalorização. Se assim

Embpar Participações S.A.

for, a Companhia calcula o montante da perda por desvalorização e reconhece o montante na demonstração do resultado.

2.8 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis, utensílios, equipamentos e veículos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Depreciação

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, conforme descrito na nota explicativa 12, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento).

Na vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

A Companhia efetua anualmente a revisão da vida útil dos imobilizados ou apresenta carta de conforto caso não haja indícios de variação na vida útil, conforme requerido pelo pronunciamento contábil CPC 27/IAS 16 - ativo imobilizado, o qual exige que a vida útil e o valor residual do imobilizado sejam revisados no mínimo a cada exercício.

A vida útil dos itens utilizada no cálculo da depreciação em média é como segue:

	<u>Anos</u>
Imóveis	60
Máquinas, equipamentos e instalações	10
Veículos	5
Móveis, utensílios e ferramentas	10
Computadores e periféricos	5
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10

2.8.1 Direito de Uso

O custo do ativo de direito de uso corresponde ao valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, mais os custos diretos iniciais incorridos, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos.

A depreciação é calculada pelo método linear desde a data de início do contrato até o que ocorrer primeiro entre o fim da vida útil do ativo de direito de uso ou o fim do prazo de arrendamento.

Empar Participações S.A.

2.9 Propriedades para investimentos

As propriedades para investimentos são propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e/ou valorização do capital. As propriedades para investimentos são mensuradas ao seu valor justo o qual é revisado anualmente.

A Companhia possui terreno situado no município de Itapoá – SC; imóvel comercial, localizado em Itapoá –SC. Esse imóvel é de propriedade da Jaspe Imóveis S/A.

O Grupo contrata avaliadores externos, independentes e qualificados para determinar o valor justo das propriedades para investimento ao final de cada exercício. Mudanças no valor justo são apresentadas na demonstração do resultado como “Outras receitas (despesas) operacionais”.

2.10 Mensuração do Valor Justo

A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

A Companhia determina as políticas e os procedimentos para mensuração do valor justo das propriedades para investimento. Os avaliadores externos estão envolvidos na avaliação de ativos significativos.

O envolvimento de avaliadores externos é decidido anualmente. Os critérios de seleção incluem conhecimentos de mercado, reputação, independência e verificação se as normas profissionais são cumpridas.

Em conjunto com os avaliadores externos a Companhia compara cada movimentação no valor justo de cada ativo e passivo com as respectivas fontes externas com o objetivo de determinar se a movimentação é aceitável.

2.11 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades

Empar Participações S.A.

geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.12 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão, custos necessários para realizar a venda e ajustado pela provisão de devoluções se necessária.

2.13 Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

A mensuração das operações de arrendamentos corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, conforme período previsto no contrato firmado entre o arrendador e a Companhia. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa real de desconto. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados com base na taxa real de desconto, de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

2.14 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

Embpar Participações S.A.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

2.15 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Em 2019, buscando melhorar sua governança, a Companhia passou a ter somente ações ordinárias.

2.16 Lucro básico e diluído por ação

A Companhia apura o saldo de lucro por ação do período com base na atribuição do resultado do exercício as ações ordinárias emitidas pela Companhia, ponderando as quantidades em circulação durante o período.

2.17 Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros como subseqüentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja mantê-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

b. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São ativos financeiros mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e que os termos contratuais do ativo financeiro tiverem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

c. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos financeiros dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação-data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos

Embrpar Participações S.A.

inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

3 Uso de estimativas e julgamentos

A Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício são:

- (a) Imposto de Renda, contribuição social e outros impostos
- (b) Valor justo de propriedade para investimentos
- (c) Provisão para crédito de liquidação duvidosa
- (d) Provisão de perda nos estoques
- (e) *Impairment* dos ativos

Emmpar Participações S.A.

4 Caixa e equivalentes de caixa

<u>Instituição Financeira</u>	<u>Tipo de Aplicação</u>	<u>Indexador</u>	<u>Consolidado</u>	
			<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa e bancos			25.483	21.518
Total Aplicações Financeiras			8.059	37.966
Banco Itaú S.A.	CDB	100% CDI	5.844	1.268
Banco do Brasil S.A.	CDB	100% CDI	-	293
Banco Mercantil de Descontos S.A.	CDB	100% CDI	1	4.011
Banco Bradesco S.A.	CDB	100% CDI	70	432
Banco ABC Brasil S.A.	CDB	100% CDI	-	2.010
Civia Cooperativa de Crédito	CDB	100% CDI	-	1
Caixa Econômica Federal	CDB	100% CDI	2.144	-
Total caixa e equivalente de caixa			33.542	59.484

5 Contas a receber de clientes

<u>Descrição</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Clientes mercado interno	66.591	24.728
Clientes do mercado externo	30.357	30.706
Títulos de crédito	41	19
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(123)	(41)
(-) Provisão p/perdas esperadas de clientes (CPC 48)	(2.510)	(4.349)
(-) Provisão p/devol. esperadas de clientes (CPC 47)	(1.255)	(2.503)
Total clientes	93.101	48.560
Valor a receber em Reais	62.744	17.854
Valor a receber em Dólares	30.357	30.706
Total clientes	93.101	48.560

Abaixo, a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

<u>Descrição</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo Inicial	(41)	(77)
(+) Constituição	(82)	-
(-) Reversão		36
Total clientes	(123)	(41)

A seguir, demonstramos os saldos de contas a receber, por idade de vencimento:

Embrpar Participações S.A.

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	83.713	42.400
Vencidos até 30 dias	8.746	7.919
Vencidos de 31 a 60 dias	2.339	2.363
Vencidos de 61 a 90 dias	1.028	1.201
Vencidos de 91 a 360 dias	1.065	1.531
Vencidos a mais de 361 dias	98	39
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(123)	(41)
(-) Provisão para perdas esperadas de clientes (CPC 48)	(2.510)	(4.349)
(-) Provisão para devol. esperadas de clientes (CPC 47)	(1.255)	(2.503)
Total clientes	93.101	48.560

6 Estoques

Descrição	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Produtos acabados	14.839	10.559
Mercadorias para revenda	49.096	10.935
Estoques em elaboração	2.252	2.768
Matérias primas	2.652	5.159
Outros estoques	889	965
Devoluções esperadas de clientes (CPC 47)	-	2.047
Provisão para obsolescência dos estoques (a)	(287)	(222)
Total Geral	69.441	32.211

- (a) Provisão para obsolescência dos estoques é calculada com base nos estoques sem movimentação acima de um ano e que não podem ser utilizados em outros processos de fabricação ou sem movimentação.

7 Impostos a recuperar

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
ICMS (e)	-	-	15.039	18.480
IPI	-	-	988	946
IR e CSLL	15	-	1.786	270
INSS (a)	3.072	3.072	3.082	3.090
Cofins e finsocial (b)	-	-	2.608	4.979
ISS	-	-	4	-
PIS (b)	-	-	521	1.015
PIS e Cofins extemporâneos (d)	-	-	-	2.606
(-) Provisão para não realização (c)	(3.072)	(3.072)	(4.083)	(5.826)
Total Impostos a recuperar	15	-	19.945	25.560
Total circulante	15	-	17.108	22.447
Total não circulante	-	-	2.837	3.113

- (a) Valor referente INSS ganho no processo sobre pró-labore de 2003 da Battistella Trading S.A., incorporada na Controladora. A Companhia vem estudando medidas para que o crédito possa

Embpar Participações S.A.

ser utilizado, entre elas a possibilidade de transferência de colaboradores entre as empresas ligadas e a possibilidade de compensação de outros impostos.

- (b) Os créditos de Pis, Cofins e Finsocial referem-se, principalmente, a créditos extemporâneos dos anos de 2006 a 2011 e ainda não utilizados pela Companhia. Há pedido de restituição desses créditos.
- (c) Os estudos efetuados pela Administração indicaram a necessidade de constituição de provisão para perdas no montante de R\$ 3.072 na Controladora e R\$ 5.826 no Consolidado em 31 de dezembro de 2021, para cobrir eventuais perdas pela realização desse ativo, em caso não existir possibilidade de compensação ou restituição.
- (d) Os créditos de PIS e Cofins referem-se: (i) Créditos extemporâneos dos anos de 2003 a 2014 em virtude do Trânsito em Julgado da ação no Supremo Tribunal de Justiça, que totalizam R\$ 6.775 na Battistella Indústria e Comércio, originalmente reconhecidos e habilitados junto à Receita Federal em 30 de abril de 2021, este valor foi utilizado em compensações via Dcomp.
- (e) Os créditos de ICMS referem-se, complemento de ICMS de 532 caminhões faturados no ano de 2021 pela fábrica Scania, onde a alíquota recebida anteriormente estava em 4% e foi ajustada para 12% no mês de setembro de 2021 através de notas complementares emitidas pela Scania.

8 Outras contas a receber

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
SDMO do Brasil Ltda (a)	1.771	-	1.771	1.634
Rio Negrinho Participações S.A. (b)	-	-	2.617	2.419
Precatório FNT (c)	2.707	-	2.707	2.707
Outros (d)	-	-	8.318	2.377
Total outras contas a receber	4.478	-	15.413	9.137
Total circulante	-	-	8.318	2.377
Total não circulante	4.478	-	7.095	6.760

- (a) Refere-se ao valor a receber da SDMO do Brasil pela venda da empresa Battistella Distribuidora, transferido da controladora para a controlada Cotrasa Veículos e Serviços Ltda. em 2017, para liquidação de mútuos entre as empresas. O valor permanece em uma conta de *escrow*, que deverá ser mantida por um período mínimo de seis anos a partir de 29 de fevereiro de 2012, como garantia das obrigações de indenização, quando ocorrerem.
- (b) Refere-se a saldo a receber da Companhia Rio Negrinho Participações S.A. pela venda das ações da companhia Modo Battistella Reflorestamento S.A. - Mobasa, depositado em uma conta controlada e que serão movimentados e liberados nos termos do contrato de venda e compra, sob administração do depositário.
- (c) Refere-se a saldo a receber decorrente de Contribuições ao Fundo Nacional de Telecomunicações – FNT, da Embpar Participações S.A., cujo processo foi transitado em julgado, transformado em precatório e o crédito transferido para a controlada Cotrasa Veículos e Serviços Ltda., para liquidação de mútuos entre as empresas. Em agosto de 2020 o processo teve andamento, sendo transferido para conta única do tesouro nacional. Em fevereiro de 2021 foi emitido novo precatório.

Empar Participações S.A.

- (d) R\$ 8.318 refere-se a créditos com a Scania Latin América Ltda a serem compensados em períodos subsequentes.

9 Transações com partes relacionadas (Controladora)

<u>Ativo</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Battistella Industria e Comércio (a)	43	33
Battistella Industria e Comércio (b)	7.444	11.935
Cotrasa Veículos e Serviços Ltda. (a)	-	779
Cotrasa Veículos e Serviços Ltda. (b)	6.530	8.860
Total Ativo	14.017	21.607
Ativo Circulante	14.017	21.607
Total Ativo	14.017	21.607

- (a) Refere-se ao Convênio de compartilhamento de recursos, esforços e rateio de despesas comuns entre si que celebram as empresas do Grupo, foi firmado em 01 de janeiro de 2019. Estabelece critérios e parâmetros para as controladas reembolsarem a Controladora relativamente aos recursos e esforços despendidos por esta com a finalidade de viabilizar a realização das atividades administrativas de forma centralizada, bem como a implementação de atividades ou empreendimentos comuns. Os valores rateados foram baseados nos custos efetivamente incorridos e tem como base substancialmente o volume do faturamento.

- (b) O saldo refere-se a dividendos a serem recebidos das controladas.

As transações com partes relacionadas, podem ser resumidas como segue:

<u>Remuneração</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Diretoria	-	-	2.540	2.238
	-	-	2.540	2.238

<u>Benefícios</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>Consolidado</u>
Diretoria	-	-	132	117
	-	-	132	117

A remuneração da Administração é fixada pelo Conselho de Administração em Assembleia Geral Ordinária - AGO de acordo com a legislação societária brasileira e o estatuto da Companhia. Em 2022 a remuneração fixada para a Controladora corresponde até o limite de R\$ 3.000 (R\$ 3.000 em 2021).

A remuneração da Administração (benefícios de curto prazo) contempla os honorários dos respectivos conselheiros e honorários dos diretores. Os referidos montantes estão registrados na rubrica "Honorários dos Administradores".

A Companhia não possui plano de previdência ou remuneração sob a forma de pagamento baseado em ações. Os benefícios referem-se a gastos com plano médico e despesas com conduções.

Embar Participações S.A.

10 Investimentos em controladas

Controladas	Ativo Total	Patrimônio Líquido	Resultado do Período	(%) Particip.	Equivalência Patrimonial	Investimento
Battistella Ind. e Com. Ltda.	101.475	64.215	14.693	100,0%	14.693	64.215
Cotrasa Veículos e Serviços Ltda.	167.947	30.929	27.493	100,0%	27.493	30.929
Jaspe Imóveis S/A	36.710	27.687	17.516	98,82%	17.309	27.360
Total					59.495	122.503

Movimentação	Investimento	Total
Em 31 de dezembro de 2021	90.276	90.276
Aumento de capital na Battistella Ind. e Com. Ltda	2.446	2.446
Aumento de capital na Cotrasa Veículos e Serviços Ltda	6.803	6.803
Redução de capital na Cotrasa Veículos e Serviços Ltda	(9.783)	(9.783)
Equivalência Patrimonial	59.495	59.495
Investimentos Jaspe Imóveis S/A	27.360	27.360
Dividendos Distribuídos	(54.094)	(54.094)
Total	122.503	122.503

Abaixo demonstramos as informações financeiras das empresas investidas em 31 de dezembro de 2022:

	Controladas		
	Battistella Ind.e Com. Ltda.	Jaspe Imóveis	Cotrasa Veículos e Serviços Ltda
Ativo circulante	72.213	10	154.476
Ativo não circulante	28.286	36.700	13.396
Passivo circulante	24.067	-	119.061
Passivo não circulante	12.217	9.023	17.882
Patrimônio líquido	64.215	27.687	30.929
Receita líquida	207.993	-	878.536
Custo dos produtos vendidos	(133.624)	-	(768.932)
Rec (Desp) gerais e administrativas	(44.944)	26.540	(68.485)
Resultado financeiro	(5.017)	-	(3.982)
IR e CS corrente e diferido	(9.715)	(9.023)	(9.645)
Resultado do exercício	14.693	17.517	27.492

11 Imobilizado

11. - Controladora

Embpar Participações S.A.

	<u>Terrenos</u>	<u>Total</u>
Em 31/12/2019		
Custo	271	271
Valor Líquido Contábil	271	271
Em 31/12/2020		
Custo	271	271
Dep.Acumulada	-	-
Valor Líquido Contábil	271	271
Em 31/12/2021		
	271	271
Valor Líquido Contábil	271	271
Em 31/03/2022		
Custo	271	271
Baixa	(267)	(267)
Valor Líquido Contábil	4	4
Em 31/12/2022		
Custo	4	4
Valor Líquido Contábil	4	4

No 1º trimestre de 2022 a controladora repassou o imóvel localizado na cidade de Quatro Barras/PR, no valor de R\$ 267 para a controlada Jaspe Imóveis S/A através da 1ª Assembléia Geral Extraordinária aumentando seu investimento.

Embpar Participações S.A.

11.b - Consolidado

	Consolidado									
	Terrenos/ Edifícios	Imóveis	Máquinas e Equipamentos	Móveis, Utensílios e Ferramentas	Computadores e Periféricos	Veículos	Imobilizações em Andamento	Benfeitorias em Bem de Terceiros	Outras Imobilizações	Total
Em 31/12/2020										
Custo	2.486	12.905	39.794	3.317	1.956	6.891	628	831	9.371	78.179
Dep.Acumulada	-	(10.230)	(35.854)	(2.751)	(949)	(3.738)	-	(172)	(5.313)	(59.007)
Valor Líquido Contábil	2.486	2.675	3.940	566	1.007	3.153	628	659	4.058	19.172
(+) Adições	-	1.082	2.144	215	150	181	5	11	16	3.804
(-) Baixas	(74)	-	(3.171)	-	(755)	(30)	-	-	(275)	(4.305)
(+/-) Transferências (a)	-	-	-	13	(1)	(236)	(633)	-	335	(522)
(-) Depreciação	-	(326)	(577)	(105)	(228)	(101)	-	(45)	(949)	(2.331)
(+) Baixas da Depreciação	-	-	3.101	-	754	30	-	-	48	3.933
(-) Prov. Desvalorização	-	-	(6)	-	-	-	-	-	-	(6)
Saldo Final	2.412	3.431	5.431	689	927	2.997	-	625	3.233	19.745
Em 31/12/2021										
Custo	2.412	13.987	38.767	3.545	1.350	6.806	-	842	9.447	77.156
Dep.Acumulada	-	(10.556)	(33.336)	(2.856)	(423)	(3.809)	-	(217)	(6.214)	(57.411)
Valor Líquido Contábil	2.412	3.431	5.431	689	927	2.997	-	625	3.233	19.745
(+) Adições	-	-	936	360	118	615	-	2	33	2.064
(-) Baixas	(378)	(1.082)	(995)	-	-	-	-	-	-	(2.455)
(+/-) Transferências (a)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Depreciação	-	-	(700)	(137)	(249)	(384)	-	(42)	(889)	(2.401)
(+) Baixas da Depreciação	-	(264)	995	-	-	-	-	-	-	731
(-) Prov. Desvalorização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final	2.034	2.085	5.667	912	796	3.228	-	585	2.377	17.684
Em 31/12/2022										
Custo	2.034	12.905	38.708	3.905	1.468	7.421	-	844	9.480	76.765
Dep.Acumulada	-	(10.820)	(33.041)	(2.993)	(672)	(4.193)	-	(259)	(7.103)	(59.081)
Valor Líquido Contábil	2.034	2.085	5.667	912	796	3.228	-	585	2.377	17.684

Embpar Participações S.A.

(*) Devido à existência de maquinário desativado a controlada Battistella Indústria e Comércio Ltda. elaborou estudos com base em suas análises dos fluxos de caixa, de acordo com o pronunciamento contábil CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Em 2020 foi feita uma nova avaliação e concluiu-se pela necessidade de reversão do valor da provisão para *impairment* de R\$ 155. Em 2021 foi realizada constituição de R\$ 6.

Os valores do ativo imobilizado dados em garantia estão divulgados na nota explicativa 14.

12 Propriedades para investimentos

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Terrenos e imóveis		
Saldo inicial	9.783	40.230
Adição de Investimentos	377	224
Transferências	-	522
Baixas	-	(17.500)
Adições (Baixas) Valor Justo	26.540	1.067
Saldo final ajustado	36.700	24.543
Custo	10.160	3.476
Depreciação acumulada	-	(575)
Valor Justo	26.540	21.642

O valor do imóvel para 31 de dezembro de 2022 está demonstrado na tabela abaixo:

Descrição	Valor contábil	Ajuste ao valor justo	Total
Imóvel JASPE (Itapoá)	10.160	26.540	36.700
	10.160	26.540	36.700

Para elaboração do laudo utilizado para cálculo do valor justo dos imóveis a empresa especializada utilizou o método comparativo direto, auferindo o valor de venda aplicável ao terreno por comparação de suas características com amostras semelhantes, através da homogeneização dos dados pesquisados. A empresa especializada também realizou ampla pesquisa junto ao mercado imobiliário, através de contatos com corretores, imobiliárias atuantes, proprietários e pessoas afins, identificando elementos comparativos válidos.

A análise resultou numa faixa de valores, que, aplicada à área dos imóveis conduz ao valor de venda médio.

Para os imóveis avaliados, considerou-se, como premissa, para efeito de avaliação, o bem livre de hipotecas, arrestos, usufrutos, penhores, passivos ambientais ou quaisquer ônus ou problemas que prejudiquem o seu bom uso ou comercialização.

Em 2021 a Companhia realizou a contratação de um especialista para avaliar a valor justo dos imóveis os quais apresentaram variações em relação ao valor registrado.

Embpar Participações S.A.

A Companhia possuía um imóvel na cidade de Tubarão/SC, classificado como propriedade para investimento, no mês de junho de 2021 realizou a venda para a empresa Fruts Indústria de Concentrados da Amazônia Ltda no valor de R\$ 7.400.

No mês de agosto de 2021, a Companhia vendeu um imóvel na cidade de Lages/SC, classificado como propriedade para investimento, para a empresa Zapellini Reflorestamento Ltda no valor de R\$ 8.000.

A Companhia realizou uma permuta do imóvel de Lages/SC matrícula 26.651 para um imóvel em Itapoá/SC conforme contrato firmado em 04 de janeiro de 2022 com a IPA Participações S/A pelo mesmo valor contábil registrado R\$ 24.543.

No mês de junho de 2022, a Companhia realizou a contratação de um especialista para avaliar a valor justo do imóvel de Itapoá, o qual apresentou variação em relação ao valor registrado, o que resultou em uma avaliação de mercado de R\$ 9.783, gerando a diferença entre valor original e valor justo de R\$ 6.882 e perda no valor total do imóvel de R\$ 14.760.

Ainda no mês de junho de 2022, foi realizado um contrato de cessão transferindo este imóvel de Itapoá/SC da Cotrasa Veículos e Serviços para a controladora Embpar Participações S/A através de redução de capital, na sequência ainda no mês de junho de 2022, a controladora Embpar Participações transferiu este imóvel de Itapoá/SC através de Aporte de Capital para a empresa Jaspe Imóveis S/A.

No mês de dezembro de 2022 foi realizado um aditivo de contrato de permuta onde a IPA Participações substituiu os direitos possessórios do imóvel de Itapoá por outro na mesma cidade com registro de matrícula 48.185, neste mesmo aditivo a Companhia incluiu o imóvel de Quatro Barras matrículas 12.922 e 12.923 como complemento de permuta.

Ainda no mês de dezembro de 2022, a Companhia realizou a contratação de um especialista para avaliar a valor justo do imóvel de Itapoá, o qual apresentou variação em relação ao valor registrado, o que resultou em uma avaliação de mercado de R\$ 36.700, gerando a diferença entre valor original e valor justo de R\$ 26.540 resultando em ganho no valor total do imóvel.

13 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Mercado interno	-	112	48.322	34.060
AVP - fornecedores	-	-	(25)	(8)
	-	112	48.297	34.052
Passivo circulante	-	54	48.297	34.052
Passivo não circulante	-	58	-	-

Embpar Participações S.A.

14 Empréstimos e financiamentos

Descrição	Moeda	Taxa de Juros Anual			Vencimento Final	Consolidado	
		Indexador	Modalidade			31/12/2022	31/12/2021
Moeda Nacional							
Financiamentos							
Banco ABC Brasil S/A	R\$	4,00%	CDI	Capital de Giro	28.03.2023	10.013	-
Banco Itaú S/A	R\$	De 2,29% a 9,9%	CDI	Capital de Giro	16/09/2024	4.936	7.431
Banco Itaú S.A.	USD	2,29%		Capital de Giro	19/11/2025	58.337	35.645
Banco Caixa Econômica Federal	R\$	2,06%	CDI	Capital de Giro	30/09/2025	6.887	9.391
Outras Instituições Financ.	R\$	De 10,2% a 11,65%	CDI	diversos	diversos	1.816	3.091
						81.988	55.558
(-) Custos a apropriar s/empréstimos						-	(34)
						-	(34)
TOTAL EMPRÉSTIMOS						81.988	55.524
Circulante						58.889	17.225
Não Circulante						23.099	38.299

O montante apresenta a seguinte composição de vencimento:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
2023	58.889	14.389
2024	12.901	13.338
2025	10.198	10.572
Total	81.988	38.299

As garantias reais sobre as operações de empréstimos são conforme quadro abaixo:

Empresa	Instituição	Vcto Inicial	Prazo Negociado	Carência	Valor	Garantia
Cotrasa Veiculos e Serviços Ltda	Caixa	Outubro/2021	48 meses	0	R\$ 5.000	Aval Embpar - Aplicação Financeira
Cotrasa Veiculos e Serviços Ltda	Caixa	Outubro/2021	48 meses	0	R\$ 5.000	Aval Embpar - Aplicação Financeira
Cotrasa Veiculos e Serviços Ltda	ABC	Julho/2022	9 meses	0	R\$ 10.000	Aval Embpar - Aplicação Financeira
Cotrasa Veiculos e Serviços Ltda	Itau	Dez/2022	4 meses	0	R\$ 29.401	Aval - Embpar
Cotrasa Veiculos e Serviços Ltda	Itau	Março/2022	48 meses	0	R\$ 20.476	Aval Embpar - Cessão Fiduciária de Duplicatas e Aplicação Financeira
Cotrasa Veiculos e Serviços Ltda	Itau	Nov/2020	36 meses	2 meses	R\$ 1.100	Aval Embpar - Cessão Fiduciária de Duplicatas
Cotrasa Veiculos e Serviços Ltda	Itau	Mai/2020	36 meses	2 meses	R\$ 4.500	Aval Embpar - Cessão Fiduciária de Duplicatas
Battistella Indústria e Comércio Ltda.	Itau	Mar/2022	48 meses	3 meses	R\$ 15.407	Carta Fiança
Battistella Indústria e Comércio Ltda.	Itau	Set/2020	48 meses	0	R\$ 4.860	Aval Embpar
Battistella Indústria e Comércio Ltda.	Deutsche Leasing	Jan/2020	24 meses	0	R\$ 508	Garantia equipamento Forwarder Buffalo King 8x8
Battistella Indústria e Comércio Ltda.	Lage Landen	Set/2018	60 meses	3 meses	R\$ 167	Garantia equipamento 04 Empilhadeiras Hyster nova Modelo H60FT
Battistella Indústria e Comércio Ltda.	Caterpillar	Mai/2020	48 meses	0	R\$ 786	Aval Embpar, garantia adicional de equipamento Escavadeira - PTH18
Battistella Indústria e Comércio Ltda.	Volvo	Ago/2020	60 meses	0	R\$ 1.595	Aval Embpar

Abaixo, demonstramos o quadro de movimentação dos empréstimos:

Embpar Participações S.A.

	Consolidado
Saldo em 31/12/2020	29.666
Captações	45.882
Juros e atualizações	2.063
(-) Pagamento do principal	(18.266)
(-) Pagamento de juros	(3.557)
(-) Variação Cambial	(264)
Saldo em 31/12/2021	55.524
Captações	39.846
Juros e atualizações	5.733
(-) Pagamento do principal	(15.802)
(-) Pagamento de juros	(3.747)
(+) Variação Cambial	434
Saldo em 31/12/2022	81.988

Não existem cláusulas contratuais restritivas incluindo *covenants* ou outras obrigações para os contratos relativos aos empréstimos apresentados anteriormente.

15 Instrumentos financeiros derivativos

No 4º trimestre de 2021 a Companhia efetuou a contratação de capital de giro em moeda estrangeira e visando proteger a variação cambial futura efetuou a trava com a contratação de operações de swap, trocando as oscilações na taxa de câmbio pelo pagamento em CDI mais uma taxa fixa.

Produto	Vencimento	Valor da Operação USD	Recebido	A pagar	Valor Base (Recebido) R\$	Valor Base (A Pagar) R\$	Varição 31/12/2021	Varição 31/12/2020
Swap	19/11/2025	3.650	USD + 3,6815%	100% CDI + 3,2116%	20.407	20.608	202	-

No 4º trimestre de 2022 a Companhia efetuou uma nova contratação de capital de giro em moeda estrangeira também visando proteger a variação cambial futura predeterminou uma taxa fixa.

Produto	Vencimento	Valor da Operação EUR	Recebido	Taxa futura	Valor Base (Recebido) R\$	Valor Base (A Pagar) R\$	Varição 31/12/2022	Varição 31/12/2021
NDF	24/04/2023	5.357	EUR + 6,80%	5,70%	29.401	29.401	-301	-

16 Arrendamentos (Consolidado)

a) Direito de Uso

Embpar Participações S.A.

	<u>Imóveis</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	15.782	15.782
Custo	23.101	23.101
Depreciação	(7.319)	(7.319)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	15.782	15.782
Adições	2.013	2.013
Baixas	(2.272)	(2.272)
Depreciação	(5.392)	(5.392)
Baixa Depreciação	2.272	2.272
Saldo em 31 de dezembro de 2021	12.403	12.403
Custo	22.842	22.842
Depreciação	(10.439)	(10.439)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	12.403	12.403
Adições	1.928	1.928
Depreciação	(5.820)	(5.820)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	8.511	8.511
Custo	23.865	23.865
Depreciação	(15.354)	(15.354)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	8.511	8.511

b) Passivo de Arrendamento

Arrendamentos	Arrendamentos a Pagar	Ajuste a Valor Presente	Total	
			<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Locação São José dos Pinhais	4.164	(276)	3.888	9.354
Locação Pato Branco	771	(104)	667	1.126
Locação Ponta Grossa	1.755	(237)	1.518	2.288
Locação Cascavel	1.991	(287)	1.704	2.656
Locação Guarapuava	377	(26)	351	831
Locação União da Vitória	865	(175)	690	58
Locação Telemaco Borba	204	(14)	190	107
Total	10.127	- (1.119)	9.008	16.420
Parcela Circulante	6.574	-	6.574	5.449
Parcela Não Circulante	3.553	(1.119)	2.434	10.971
Total	10.127	(1.119)	9.008	16.420

A taxa real de desconto corresponde à projeção da CDI para os próximos 12 meses, conforme premissa já utilizada pela Companhia. A Companhia optou pela utilização de uma taxa de desconto única devido aos contratos possuírem características semelhantes.

Empar Participações S.A.

Há arrendamentos que não se enquadram na norma do CPC 06 / IFRS 16 e tais arrendamentos totalizaram R\$ 1.503 em 31 de dezembro de 2022.

17 Adiantamentos de clientes e credores diversos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamentos de clientes	-	-	2.113	4.101
Credores diversos (a)	2.641	3.532	3.040	5.182
	2.641	3.532	5.153	9.283
Passivo circulante	912	901	3.310	6.415
Passivo não circulante	1.729	2.631	1.843	2.868

(a) O saldo de Credores Diversos é composto, no Consolidado, principalmente por:

- Saldo a pagar, pela controladora, para a empresa Cocamar Máquinas, no montante de R\$ 2.631, referente a aquisição de créditos de ICMS.
- Saldo a pagar, pela controlada Battistella Indústria e Comércio, para a empresa Modo Battistella Reflorestamento, no montante de R\$ 251 (R\$ 366 em 31 de dezembro de 2021), referente a saldo devedor de mútuo anterior a venda.

18 Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis

A Companhia e suas empresas controladas são partes em processos administrativos e judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. Para aqueles processos nos quais as chances de não se obter êxito são maiores que as chances de se obter êxito, conforme opinião corroborada junto aos consultores jurídicos da Companhia, é registrada provisão em montante suficiente para cobrir perdas esperadas.

As provisões constituídas e os depósitos judiciais, vinculados às mencionadas provisões para riscos trabalhistas e cíveis, compõem-se conforme demonstrativo a seguir:

Controladora	Provisões	
	31/12/2022	31/12/2021
Tributárias	-	(3.836)
Trabalhistas	(1.244)	-
Cíveis	(83)	-
	(1.327)	(3.836)
Depósitos judiciais	703	703

Consolidado	Provisões	
	31/12/2022	31/12/2021
Tributárias	(85)	(3.836)
Trabalhistas	(1.244)	(302)
Cíveis	(2.492)	(2.436)
Total	(3.821)	(6.574)
Depósitos judiciais	1.592	858

Empar Participações S.A.

Movimentação das contingências e depósitos judiciais

Contingências

<u>Controladora</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversão</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversão</u>	<u>31/12/2022</u>
Tributárias	3.836	-	-	3.836	-	(3.836)	-
Trabalhistas	0	-	-	-	1.244	-	1.244
Cíveis	0	-	-	-	83	-	83
Saldo	3.836	-	-	3.836	-	-	1.327
Depósitos judiciais	777	-	(74)	703	-	-	703

<u>Consolidado</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversão</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversão</u>	<u>31/12/2022</u>
Tributárias	3.836	-	-	3.836	-	(3.751)	85
Trabalhistas (a)	1.012	525	(1.235)	302	942	-	1.244
Cíveis	2.519	1.423	(1.506)	2.436	56	-	2.492
Saldo	7.367	1.948	(2.741)	6.574	998	(3.751)	3.821
Depósitos judiciais	1.969	-	(1.111)	858	734	-	1.592

(a) As ações trabalhistas têm caráter de indenizações, horas extras, equiparação e outros.

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em outros processos tributários, cíveis e trabalhistas, surgidos no curso normal dos seus negócios, cujos riscos de perda relacionados foram considerados como possível na opinião de seus assessores legais, para os quais nenhuma provisão para perdas foi constituída, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. O valor total de tais processos, em 31 de dezembro de 2022 é: (i) tributário: R\$ 2.562 (R\$ 9.992 em 31 de dezembro de 2021), (ii) cíveis: R\$ 2.525 (R\$ 4.359 em 31 de dezembro de 2021) e (iii) trabalhistas: R\$ 23 (R\$ 770 em 31 de dezembro de 2021).

19 Parcelamento especial e programas de recuperação fiscal – REFIS

Parcelamento	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
REFIS	1.832	2.004	1.832	2.004
	1.832	2.004	1.832	2.004
Circulante	310	290	310	290
Não Circulante	1.522	1.714	1.522	1.714

A controladora aderiu ao REFIS Reabertura Lei 11.941/2009, onde estão incorporadas dívidas federais e previdenciárias.

20 Obrigações tributárias

Empar Participações S.A.

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Impostos retidos na fonte	1	2	582	545
IRPJ e CSLL	15	-	1.576	3.467
PIS e COFINS	1	468	311	843
ICMS e IPI	-	-	15	12
ISS	-	-	212	271
Parcelamentos federais	179	244	2.081	7.808
Parcelamentos estaduais (a)	-	7.151	483	1.629
Parcelamentos municipais	-	-	42	37
	<u>196</u>	<u>7.521</u>	<u>5.302</u>	<u>14.612</u>
Passivo circulante	110	653	3.258	9.369
Passivo não circulante	86	6.868	2.044	5.243

(a) Refere-se a parcelamentos de ICMS, PR e SC. A diminuição expressiva na rubrica refere-se a pagamento realizado através de aquisição de crédito de ICMS da empresa Cocamar Máquinas.

21 Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
INSS	-	-	1.033	1.007
FGTS	-	-	306	236
Contribuição Sindical	-	-	53	54
Ordenados, férias, 13º e encargos	-	-	5.151	5.604
Parcelamento Obrigações sociais (a)	<u>1.277</u>	<u>2.782</u>	<u>4.381</u>	<u>8.902</u>
	<u>1.277</u>	<u>2.782</u>	<u>10.924</u>	<u>15.803</u>
Passivo circulante	1.277	603	9.957	10.606
Passivo não circulante	-	2.179	967	5.197

a) Refere-se a parcelamentos de INSS parte empresa, ordinário e simplificado. O saldo da controladora diminui consideravelmente devido ao parcelamento realizado através do QuitaPGFN no mês de dezembro de 2022, onde foi possível liquidar dívidas que estavam sendo discutidas judicialmente com 30% de entrada e o restante com prejuízos fiscais e base negativa.

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 45.000, subscrito e integralizado, é composto de 14.860.568 ações ordinárias.

b. Dividendos

Os dividendos obrigatórios são calculados com base no percentual de 25% sobre o lucro líquido, após a compensação de prejuízos acumulados e a constituição da reserva legal.

Empar Participações S.A.

A Companhia provisionou, em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$ 9.809 referente aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme o previsto em Estatuto Social.

Em maio de 2022, a Companhia pagou dividendos no montante de R\$ 26.581. Em setembro de 2022, a Companhia pagou dividendos no montante de R\$ 257.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia provisionou o montante de R\$ 18.462 dividendos mínimos obrigatórios, conforme o previsto em Estatuto Social.

c. Reserva legal

A Reserva legal é constituída na proporção de 5% do lucro do exercício e limitada a 20% do Capital Social ou, quando acrescido das Reservas de Capital limitado a 30% do Capital Social.

d. Ajuste de avaliação patrimonial

O valor classificado em ajuste de avaliação patrimonial refere-se ao registro inicial do valor justo das propriedades para investimento conforme descrito no CPC 28 / IAS 40.

23 Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco cambial. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

23.1 Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar que as empresas controladas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos detalhados na nota explicativa 15, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários), e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa periodicamente a sua estrutura de capital.

Endividamento

O endividamento no final do período de relatório é o seguinte:

Embpar Participações S.A.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Dívida (a)	-	-	81.988	55.524
Financ. por arrendamento - CPC 06	-	-	9.008	12.838
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	(33.542)	(59.484)
Dívida líquida	-	-	57.454	8.878
Patrimônio líquido	114.865	90.069	114.865	90.069

(a) A dívida é definida como o total de empréstimos de curto e longo prazo.

23.2 Risco de mercado

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

23.3 Risco de crédito

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a riscos de crédito em suas contas a receber de clientes.

As contas a receber de clientes estão compostas por um grande número de clientes em diferentes segmentos e áreas geográficas. Uma avaliação contínua do crédito é realizada na condição financeira dos clientes.

Os procedimentos adotados para minimizar os riscos comerciais incluem a seletividade dos clientes, mediante adequada análise de crédito, estabelecimento de limites de venda e prazos curtos de vencimento dos títulos. As perdas com estes devedores são provisionadas.

23.4 Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Análise dos vencimentos

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros que serão auferidos neste período e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

Embpar Participações S.A.

Passivo

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
Controladora					
31 de dezembro de 2022					
Fornecedores	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0
31 de dezembro de 2021					
Fornecedores	72	40	0	0	112
	72	40	0	0	112

Passivo

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
Consolidado					
31 de dezembro de 2022					
Fornecedores	29.705	12.745	184	-	48.297
Empréstimos (*)	4.907	9.814	44.168	23.099	81.988
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	2.677	-	2.677
Arrendamento Mercantil	548	1.096	4.930	2.434	9.008
	35.160	23.655	51.959	25.533	141.970
31 de dezembro de 2021					
Fornecedores	10.057	23.835	160	-	34.052
Empréstimos (*)	649	1.298	15.278	38.299	55.524
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	202	-	202
Arrendamento Mercantil	435	1.305	3.942	7.156	12.838
	11.141	26.438	19.582	45.455	102.616

(*) Empréstimos contempla os saldos de: Empréstimos, financiamentos, derivativos financeiros

23.5 Risco Cambial

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para os valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras.

23.6 Derivativos e Riscos Associados

A Companhia possui operações com características de instrumentos financeiros derivativos na forma definida pela deliberação CVM nº 604 de 19 de novembro de 2009.

Análise de sensibilidade dos Instrumentos Financeiros

Embrpar Participações S.A.

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos no final do período de relatório. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do período de relatório esteve em aberto durante todo o exercício. Um aumento ou uma redução de 10% é utilizado para apresentar internamente os riscos de taxa de juros ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de juros.

A Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das Demonstrações Financeiras, conforme sugerido pelo CPC 48 e IFRS 9.

Análise de Sensibilidade de Variações nas Taxas de Juros variáveis

Apresentamos a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, realizado com base no relatório de acompanhamento de pesquisa de mercado FOCUS, onde descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (Cenário I), segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando o período até o término das operações.

Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (Cenários II e III):

<i>Risco</i>	<i>Instrumento/operação</i>	<i>Cenário I</i>	<i>Cenário II</i>	<i>Cenário III</i>
<i>De taxa de juros</i>	<i>Empréstimos - moeda nacional CDI</i>	66.776	80.378	96.177

Ganho (perda) dos cenários no resultado e no patrimônio líquido

Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial

Apresentamos a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade de contas a receber de clientes – mercado estrangeiro, da controlada Battistella Indústria e Comércio Ltda. e dos instrumentos derivativos (Swap), da controlada Cotrasa Veículos e Serviços Ltda., com base na oscilação do dólar, onde descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (Cenário I), segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando o período até o término das operações.

<u><i>Risco</i></u>	<u><i>Instrumento/operação</i></u>	<u><i>Cenário I</i></u>	<u><i>Cenário II</i></u>	<u><i>Cenário III</i></u>
<i>De taxa cambial</i>	<i>Contas a Receber de Clientes</i>	30.357	22.768	15.179
<i>Ganho (perda) dos cenários no resultado e no patrimônio líquido</i>			(7.589)	(7.589)

<u><i>Risco</i></u>	<u><i>Instrumento/operação</i></u>	<u><i>Cenário I</i></u>	<u><i>Cenário II</i></u>	<u><i>Cenário III</i></u>
<i>De taxa cambial</i>	<i>Instrumentos Derivativos - Swap</i>	2.677	2.008	1.339
<i>Ganho (perda) dos cenários no resultado e no patrimônio líquido</i>			(669)	(669)

Embpar Participações S.A.

23.7 Instrumentos financeiros, por categoria

Ativos financeiros	31/12/2022		31/12/2021	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Mensurado ao Custo Amortizado	-	142.056	-	46.768
Caixa e equivalentes de caixa	-	33.542	-	14.262
Contas a receber de clientes	-	93.101	-	24.684
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	247
Outras contas a receber	-	15.413	-	7.575
Total ativos financeiros	-	142.056	-	46.768
Passivos financeiros				
Mensurado ao Custo Amortizado	3.760	133.325	3.644	48.078
Fornecedores	-	48.297	112	10.310
Empréstimos e financiamentos	-	81.988	-	29.666
Outras obrigações	3.760	3.040	3.532	8.102
Total passivos financeiros	3.760	133.325	3.644	48.078

24 Imposto de Renda e Contribuição Social

DIFERIDOS

Composição e movimentação dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos:

Ativo	Consolidado			
	Battistella Ind.e Comércio	Cotrasa Veiculos e Serviços	Embpar Adm.e Partic (controladora)	Total
Saldo em 31/12/2020	194	1.010	-	1.204
Constituição (Realização) de imposto diferido sobre os reflexos dos ajustes ao CPC 47 e 48	67	330	-	397
Constituição (Realização) de imposto diferido sobre os arrendamentos (CPC 06)	-	14	-	14
Constituição (Realização) de imposto diferido sobre os prejuízos fiscais e bases negativas (a)	12.540	3.471	-	16.011
Saldo em 31/12/2021	12.801	4.825	-	17.626
Constituição (Realização) de imposto diferido sobre os reflexos dos ajustes ao CPC 47 e 48	(1.916)	(993)	-	(2.909)
Constituição (Realização) de imposto diferido sobre os arrendamentos (CPC 06)	-	169	-	169
Constituição (Realização) de imposto diferido sobre os prejuízos fiscais e bases negativas (a)	(2.764)	(2.552)	-	(5.316)
Saldo em 31/12/2022	8.121	1.449	-	9.570

(a) A companhia registrou, em 31 de dezembro de 2021, os impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais de suas controladas, de acordo com as premissas do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro. A Companhia possui projeções econômicas-financeiras que demonstram as expectativas de lucros futuros que subsidiam a

Embpar Participações S.A.

contabilização dos impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa. Abaixo a estimativa de utilização do valor registrado.

<u>Ano</u>	<u>Prev. Util.</u>
2022	5.633
2023	2.564
2024	2.364
2025	2.617
2026	2.833
Totais	16.011

Em 31 de dezembro de 2022, os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social consolidados somam, R\$ 242.480 e R\$ 281.049, respectivamente. Os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social da Controladora somam R\$ 118.374 e 144.297, respectivamente. Os prejuízos fiscais e bases negativas não expiram, conforme legislação tributária brasileira.

Em 30 de junho de 2022, foi reconhecido os impostos diferidos no montante de R\$ 7.358 na controlada Cotrasa Veículos e Serviços Ltda conforme a transferência do imóvel de Itapoá/SC para a controladora Embpar Participações S/A e posterior transferência via aumento de capital para a empresa Jaspe Imóveis S/A.

Passivo	Consolidado			Embpar	
	Battistella Ind.e Comércio	Cotrasa Veículos e Serviços	Jaspe Imóveis S/A	Adm.e Partic (controladora)	Total
Saldo em 31/12/2020	-	6.996	-	-	6.996
Constituição (Realização) de Imposto diferido referente avaliação do valor justo das propriedades para investimento		362	-	-	362
Saldo em 31/12/2021	-	7.358	-	-	7.358
Constituição (Realização) de Imposto diferido referente avaliação do valor justo das propriedades		(7.358)	9.023	-	1.665
		-	-	-	-
Saldo em 31/12/2022	-	-	9.023	-	9.023

Reconciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social corrente e diferido.

Embrpar Participações S.A.

	31/12/2022		31/12/2021	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Resultado antes do IRPJ e da CSLL das operações continuadas	63.450	63.450	73.894	73.837
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social à alíquota nominal	(21.573)	(21.573)	(25.124)	(25.105)
Ajustes de impostos por:				
Equivalência Patrimonial	59.486	-	(25.124)	-
Provisões não dedutíveis	2.505	4.497	-	685
Ajuste a valor presente - CPC 06	-	6.529	-	123
Ganhos avaliação a valor justo	-	(26.540)	-	2.041
Outros efeitos líquidos	-	21.725	-	6.254
	61.991	6.211	(25.124)	9.102
Imposto de renda e contribuição social	-	(15.362)	-	(16.003)
Corrente	15	(15.362)	-	(16.003)
Diferido	-	9.460	-	16.060
Receita (Despesas) contabilizadas no resultado	15	(5.902)	-	57
Alíquota efetiva	0%	-9%	0%	0%

25 Receitas operacionais líquidas

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
<u>Receita operacional bruta</u>		
Vendas	1.163.713	764.160
Prestação de serviços	36.561	22.037
Outras receitas (a)	20.650	14.047
	<u>1.220.924</u>	<u>800.244</u>
<u>Deduções sobre vendas/serviços</u>		
Impostos sobre vendas/serviços	(116.923)	(79.184)
Devoluções e abatimentos	(17.471)	(3.754)
	<u>(134.394)</u>	<u>(82.938)</u>
<u>Receita operacional líquida</u>	<u>1.086.530</u>	<u>717.306</u>

- (a) Referem-se a receita de locação de imóveis e venda de resíduos do processo de beneficiamento de madeira.

26 Informação sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações referentes à natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado, é apresentada a seguir:

Embpar Participações S.A.

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Custos variáveis (matérias primas e materiais de consumo)	902.556	605.926
Alugueis	285	156
Depreciação, amortização, exaustão	6.592	4.509
Despesas de pessoal	41.576	26.859
Despesas tributárias	703	1.073
Fretes e carretos	44.196	17.670
Honorários assessores jurídicos e terceiros	8.014	6.883
Outros	14.545	5.766
Total	1.018.467	668.842

Classificados como:	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	902.556	605.926
Despesas comerciais	59.813	27.970
Despesas gerais e administrativas	56.098	34.946
Total de despesas	1.018.467	668.842

27 Outras receitas e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Provisão/Reversão p/ contingências	2.508	-	4.497	737
Resultado baixa e/ou alienação do ativo imob/invest	-	-	4.645	473
Recuperação de custos e despesas	-	-	758	5.108
Receitas com locação	-	-	242	1.790
Ganhos (Perdas) extraordinárias (a)	11	3.357	7.330	6.071
Ganho avaliação a valor justo	-	-	26.540	2.034
Outras receitas e (despesas) operacionais	-	-	(14.650)	(3.387)
Total	2.519	3.357	29.362	12.826

- a) Os ganhos (perdas) extraordinárias referem-se ao deságio na aquisição de crédito de ICMS da empresa Cocamar Máquinas na controladora e ao reconhecimento de crédito de PIS e Cofins oriundo da incorporação da empresa Battistella Máquinas via processo judicial no ano de 2021.

28 Resultado financeiro

Empar Participações S.A.

<u>Receitas Financeiras</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Correção monetária (a)	-	-	782	3.549
Variação cambial	-	-	14.419	3.600
Juros ativos	109	-	275	423
Juros s/operações de mútuos	-	-	144	4
Rendimento de aplicações financeiras	-	-	3.883	136
Descontos obtidos	-	-	186	42
Ajuste a valor presente - CPC 06	-	-	41	8
Outras receitas financeiras	-	-	-	7
Total	109	-	19.730	7.769

- (a) Refere-se a atualização dos créditos extemporâneos de PIS e COFINS dos anos de 2003 a 2014 em virtude do Trânsito em Julgado da ação no Supremo Tribunal de Justiça, reconhecidos na Battistella Indústria e Comércio Ltda.

<u>Despesas financeiras</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Variação cambial	-	-	(20.859)	(3.887)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(3.722)	(1.614)
Juros passivos sobre parcelamentos	-	(3.541)	(1.612)	(4.245)
IOF	-	-	(394)	(136)
Juros de mora	-	-	(417)	(399)
Juros de mútuos	-	-	(144)	(4)
Despesas bancárias	-	-	(280)	(363)
Descontos concedidos	-	-	(459)	(98)
Ajuste valor presente - CPC 06	-	-	(709)	(254)
Outras despesas financeiras	-	-	(24)	-
Total	-	(3.541)	(28.620)	(11.000)

<u>Variação cambial líquida</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Variação cambial Ativa	-	-	14.418	-
Variação cambial Passiva	-	-	(20.859)	-
Total	-	-	(6.441)	-

29 Informações por segmento

Os segmentos e produtos estabelecidos pela Companhia são:

- (a) Florestal - Industrialização e comércio de madeiras e seus derivados;
- (b) Veículos pesados - Comercialização de caminhões e ônibus da marca SCANIA, seus acessórios e a prestação de serviços de assistência técnica.

Embar Participações S.A.

31/12/2022	Florestal	Veículos Pesados	Jaspe Imóveis	Outros não alocados aos segmentos	Combinado	Eliminações	Consolidado
Ativo Circulante	72.213	154.476	10	14.032	240.731	(8.290)	232.441
Ativo Não Circulante	28.286	13.396	36.700	127.688	206.070	(122.830)	83.240
Passivo Circulante	(24.067)	(119.061)	-	(22.190)	(165.318)	8.290	(157.028)
Passivo Não Circulante	(12.217)	(17.882)	9.023	(22.712)	(43.788)	-	(43.788)
Receita Líquida	207.993	878.536	-	-	1.086.529	-	1.086.529
Custo dos Serviços Prestados	(133.624)	(768.932)	-	-	(902.556)	-	(902.556)
Lucro Bruto	74.369	109.604	-	-	183.973	-	183.973
Despesas operacionais	(44.944)	(68.485)	26.540	77	(86.812)	-	(86.812)
Equivalência Patrimonial	-	-	-	59.703	59.703	(59.703)	-
Resultado financeiro	(5.017)	(3.982)	-	109	(8.890)	-	(8.890)
Imposto de renda e contribuição social	(9.715)	(9.645)	(9.023)	3.561	(24.822)	-	(24.822)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	14.693	27.492	17.517	63.450	123.152	(59.703)	63.450

31/12/2021	Florestal	Veículos Pesados	Outros não alocados aos segmentos	Combinado	Eliminações	Consolidado
Ativo Circulante	81.270	91.770	21.607	194.647	(21.607)	173.040
Ativo Não Circulante	31.248	52.864	90.548	174.660	(89.572)	85.088
Passivo Circulante	(39.077)	(63.878)	(12.302)	(115.257)	21.607	(93.650)
Passivo Não Circulante	(22.693)	(41.229)	(10.487)	(74.409)	-	(74.409)
Receita Líquida	183.360	759.887	-	943.247	-	943.247
Custo dos Serviços Prestados	(114.085)	(672.753)	-	(786.838)	-	(786.838)
Lucro Bruto	69.275	87.134	-	156.409	-	156.409
Despesas operacionais	(36.826)	(45.247)	3.517	(78.556)	-	(78.556)
Equivalência Patrimonial	-	-	74.172	74.172	(74.172)	-
Resultado financeiro	3.892	(4.113)	(3.795)	(4.016)	-	(4.016)
Imposto de renda e contribuição social	4.241	(4.184)	-	57	-	57
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	40.582	33.590	73.894	148.066	(74.172)	73.894

Embpar Participações S.A.

30 Seguros – Não auditado

Em 31 de dezembro de 2022, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração para cobrir eventuais sinistros contra incêndio nas instalações e outros danos, monta a quantia de R\$ 7.000 mantendo mesmo valor de 31 de dezembro de 2021, abrangendo todas as filiais da Companhia.

As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

31 Lucro (prejuízo) por ação

	Consolidado			
	31/12/2022	Média em relação ao total	31/12/2021	Média em relação ao total
DENOMINADOR				
Ações ON - R\$ 1	14.860.568	100%	14.860.568	100%
Total de ações no final do período	14.860.568		14.860.568	
Total de ações ponderadas	14.860.568		14.860.568	
NUMERADOR				
Lucro (prejuízo) de operações continuadas atribuído para classes de ações - em R\$ 1	23.518		28.326.000	
Resultado de operações continuadas por ação básico e diluído	0,00158258		1,906118	

32 Impactos relacionados a pandemia de Covid-19

Em 11/03/2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou como pandemia a disseminação do novo Coronavírus (COVID-19).

A companhia sofreu reflexos negativos em suas operações de vendas de veículos e derivados de madeira, entre os meses de março e setembro de 2020, por conta da redução de atividades de seus parceiros comerciais, diminuídas por medidas de isolamento decretadas por entes governamentais. No entanto, a partir do mês de outubro os segmentos reagiram positivamente, o que proporcionou a recuperação do nível de atividade, com a recuperação total das vendas e margem orçadas para o período. O fornecimento de peças e acessórios não foi interrompido, portanto as oficinas das concessionárias mantiveram normais suas atividades.

Apesar de haver efetiva preocupação sobre os possíveis efeitos que possam vir a ocorrer nas suas operações, na medida do possível e antecipadamente, a Companhia vai ajustando as atividades da operação, para que tais efeitos não afetem significativamente a liquidez das empresas. Assim, até o momento, não há risco eminente que possa vir a afetar significativamente a situação financeira e patrimonial da Companhia.

No decorrer de 2021, mesmo com o avanço dos casos de Covid no Brasil a companhia não sentiu reflexos negativos. Os fornecedores não interromperam suas atividades, disponibilizando normalmente as peças e acessórios, ocasionando o funcionamento normal das concessionárias.

Empar Participações S.A.

A companhia monitorou as vacinações dos colaboradores, alcançando 95% de imunizações, o que acabou resultando na diminuição dos casos de infecções.

A Companhia, através de seus canais internos de comunicações, orientou todos os funcionários em relação aos cuidados relacionados a evitar a proliferação da contaminação da Covid-19, seja na empresa ou em suas respectivas casas.

Abaixo, as principais ações implementadas para minimizar os impactos da pandemia e prevenção:

- Higienização completa de ambientes
- Distribuição de Álcool em gel
- Distribuição de máscaras de proteção para os funcionários
- Campanha de conscientização de distanciamento social
- Incremento nas linhas de Ônibus fretado
- Revezamento de funcionários em trabalho *home office*, visando diminuir concentração de pessoas nas áreas administrativas
- Concessão de férias aos trabalhadores das áreas produtivas e administrativas;
- Folgas utilizando Banco de Horas para compensação futura com feriados;
- Prorrogação de prazos de vencimentos dos títulos junto aos fornecedores;
- Utilização de linhas de longo prazo para captar financiamentos e empréstimos junto às instituições financeiras;
- Postergação de Impostos e Contribuições, dentro do permitido na legislação;
- Redução de custos de toda ordem;
- Renegociação de contratos de serviços e fornecimento de materiais em melhores condições.

No exercício de 2022 a Administração continuou monitorando o mercado e suas possíveis consequências para a Companhia decorrentes da evolução da pandemia, podendo tomar novas ações que mitiguem eventuais impactos negativos em suas demonstrações financeiras.

* * *

**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO
DE 2022 E DE 2021**

Declaro, na qualidade de diretor da EMBPAR PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, na Alameda Bom Pastor, nº 3.700, Barro Preto - CEP 83.015-140, inscrita no CNPJ sob o nº 42.331.462/0001-31, que revimos, discutimos e concordamos com o conjunto das Demonstrações Financeiras, do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Luciano Ribas Battistella

Diretor Presidente e Diretor de Relação com Investidores

Cristiano Locatelli

Diretor

**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DE 31
DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021**

Declaro, na qualidade de Diretor da EMBPAR PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, na Alameda Bom Pastor, nº 3.700, Barro Preto - CEP 83.015-140, inscrita no CNPJ sob o nº 42.331.462/0001-31, que concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, datado de 13 de março de 2023.

Luciano Ribas Battistella

Diretor Presidente e Diretor de Relação com Investidores

Cristiano Locatelli

Diretor

ANEXO VII

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA COMPANHIA A SER DELIBERADO EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2023, ÀS 11:00

INFORMAÇÕES INDIVIDUAIS DA COTRASA VEÍCULOS REFERENTES AO PERÍODO DE SETE MESES COMPREENDIDO ENTRE 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE JULHO DE 2023

COTRASA VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Em 31 de julho de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

ATIVO	31.07.2023	31.12.2022
CIRCULANTE		
Caixa e equivalente de caixa	5.698	24.842
Aplicações Financeiras	21.378	2.144
Clientes	27.289	55.168
Adiantamentos	3.091	2.707
Tributos a recuperar	13.802	802
Transações entre partes relacionadas	3.354	15.694
Estoques	10.002	44.716
Despesas do exercício seguinte	145	90
Outros créditos	4.225	8.313
Total do ativo circulante	88.984	154.476
NÃO CIRCULANTE		
Impostos diferidos	180	1.449
Direito de uso de ativos CPC 06	6.777	8.510
Imobilizado	3.231	3.410
Intangível	21	27
Total do ativo não circulante	10.209	13.396
TOTAL DO ATIVO	99.193	167.872

PASSIVO	31.07.2023	31.12.2022
CIRCULANTE		
Empréstimos / Financiamentos	11.817	50.716
Obrigações Arrend. de Ativos - CPC 06	4.671	6.574
Fornecedores	22.062	45.026
Obrigações tributárias, trab e previd.	6.950	5.858
Parcelamentos	1.579	2.455
Adiantamentos recebidos	817	1.205
Outros valores a pagar	103	12
Transações entre partes relacionadas	19.021	-
Dividendos propostos	7.852	6.530
Provisões	-	685
Total do passivo circulante	74.872	119.061
NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos / Financiamentos / Arrendamei	9.179	13.566
Obrigações Arrend. de Ativos - CPC 06	4.318	3.553
(-) AVP Obrig. Arrend. de Ativos - CPC6	(1.682)	(1.119)
Parcelamentos	1.166	1.882
Total do passivo não circulante	12.981	17.882
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	8.100	8.100
Reservas de lucros	3.240	22.829
Total do patrimônio líquido	11.340	30.929
TOTAL DO PASSIVO	99.193	167.872

COTRASA VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Em 31 de julho de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	<u>31.07.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Receita bruta revenda de mercadorias	377.203	962.734
Receita bruta prestação de serviços	28.080	34.748
Outras receitas de vendas	740	901
(-) Deduções sobre receita bruta	<u>(44.081)</u>	<u>(119.847)</u>
Receita operacional líquida	361.942	878.536
(-) Custo revenda de mercadorias	(291.787)	(760.124)
(-) Custo prestação de serviços	<u>(6.420)</u>	<u>(8.808)</u>
(-) Custo das vendas	(298.207)	(768.932)
Lucro (prejuízo) bruto	<u>63.735</u>	<u>109.604</u>
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas comerciais	(7.586)	(14.973)
Despesas gerais e administrativas	(30.483)	(42.168)
Receitas/Despesas financeiras	(2.394)	(3.982)
Outras receitas/despesas operacionais	1.650	(11.343)
Lucro (prejuízo) operacional	<u>24.922</u>	<u>37.138</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>(5.901)</u>	<u>(9.645)</u>
Lucro (prejuízo) do exercício	<u>19.021</u>	<u>27.493</u>

COTRASA VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em 31 de julho de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	<u>31.07.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Lucro líquido do exercício	19.021	27.493
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>19.021</u>	<u>27.493</u>

COTRASA VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de julho de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Reservas de Lucros	Reservas Dividendos Obrigatórios	Lucros acumulados	Total Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	8.100	3.240	19.589	-	-	30.929
Redução de capital	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-
Mutações internas do Patrimônio Líquido	-	-	(19.589)	-	-	(19.589)
Saldos em 31 de Julho de 2023	8.100	3.240	-	-	-	11.340

COTRASA VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDADEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO DE 31.07.2023 E 31.12.2022
(valores expressos em milhares de reais)

	<u>31.07.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social (operações continuadas)	24.922	37.138
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		
Depreciação e amortização	442	636
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos e empréstimos	2.393	3.982
Perda (ganho) na alienação imobilizado	-	1.326
Movimentação CPC 06	3.703	5.820
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	20	95
Provisão (reversão) provisão para obsolescência de estoques	-	58
Provisão para contingências	-	490
	<u>31.480</u>	<u>49.545</u>
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	(27.879)	(44.010)
Estoques	(34.714)	(32.873)
Impostos a recuperar	(13.000)	(17.289)
Outras contas a receber	(4.088)	5.966
Despesas antecipadas	55	16
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	23.742	24.565
Obrigações tributárias e sociais	(1.092)	623
Imposto de renda e contribuição social pagos	(5.902)	9.645
Adiantamento de clientes	388	1.154
Juros sobre empréstimos pagos - terceiros	(825)	1.566
Transações com partes relacionadas	19.021	9.639
Outras contas a pagar		
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	<u>(44.294)</u>	<u>(40.998)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de ativo imobilizado	178	341
Alienação de ativo imobilizado	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	<u>178</u>	<u>341</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Captação de empréstimos e financiamentos - terceiros	-	10.000
Pagamento de empréstimos e financiamentos - terceiros	11.954	4.459
Dividendos pagos	(18.462)	(19.778)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	<u>(6.508)</u>	<u>(5.319)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(19.144)	3.569
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	24.842	21.273
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	5.698	24.842
	(19.144)	3.569

ANEXO VIII
ATOS SOCIETÁRIOS ARQUIVADOS PELA COTRASA PARTICIPAÇÕES NOS ÚLTIMOS 12 (DOZE)
MESES

COTRASA PARTICIPAÇÕES S/A
CNPJ/MF Nº 51.224.056/0001-60
NIRE 41300321841

1ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 31 de julho de 2023, às 14h00, na sede social da Cotrasa Participações S/A ("Companhia"), situada em Alameda Bom Pasto, 2094, sala 3, Bairro Ouro Fino, CEP 83015 140, São José dos Pinhais/PR. **2. CONVOCAÇÃO:** Dispensada a convocação nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei 6.404/1976, tendo em vista a presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **3. PRESENÇA:** Instalou-se na presente Assembleia Geral Extraordinária em primeira convocação, reunindo-se a totalidade dos acionistas, representantes da totalidade do capital social votante da Companhia. **4. MESA:** Presidente: Sr. Luciano Ribas Battistella. Secretário: Maurício Valente Battistella. **5. ORDEM DO DIA: (i)** Eleição de Diretoria para Mandato 2023. **(ii)** Aumento de Capital Social. **6. DELIBERAÇÕES:** Examinadas e debatidas as matérias constantes da ordem do dia, foi deliberado e restaram aprovadas, por unanimidade dos acionistas se sem quaisquer restrições: 6.1. Por unanimidade, autorizar a lavratura da presente ata em forma de sumário. 6.2. Na forma do Artigo 16 do Estatuto Social, fica aprovada a eleição dos membros da Diretoria para o Mandato 2023 os Srs. Mauricio Valente Battistella, brasileiro, casado, administrador de empresas, inscrito no CPF sob nº 215.387.668-09, portador da Carteira de Identidade RG nº 5.030.568-6/SSP-PR, com endereço residencial na Rua Sampaio Viana, 509, ap. 201, Paraíso, CEP 04004 001, São Paulo, SP, para ocupar o cargo de Diretor Presidente da Companhia e Luciano Ribas Battistella, brasileiro, casado, administrador de empresas, inscrito no CPF sob nº 699.384.909-72, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.713.799-3/SSP-PR, residente e domiciliado na Rua Romilda Margarida Gabriel, 99, ap. 181, Itaim Bibi, CEP 04530-090, São Paulo/SP, para o cargo de Diretor Administrativo e Financeiro. Os Diretores ora eleitos ficam investidos em seus cargos, tomando posse em seus respectivos cargos para o período do mandato respectivo ao exercício de 2023, mandatos esses que se estenderão até a data da Reunião dos Sócios Quotistas a realizar-se até o dia 30 de abril de 2024, que deliberar a respeito do balanço patrimonial referente ao exercício de 2023. Os Diretores ora eleitos declaram sob as penas da lei que não estão impedidos por lei especial, de exercer a administração da Companhia e nem condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade; sendo desde logo investido no respectivo cargos, mediante assinatura de Termo de Posse arquivado em Livro na sede da Companhia. 6.3. Por unanimidade, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para R\$ 11.349.881,46 (onze milhões, trezentos e quarenta e nove mil, oitocentos e oitenta e um reais e quarenta e seis centavos) correspondente a 14.860.568 (quatorze milhões,

COTRASA PARTICIPAÇÕES S/A
CNPJ/MF Nº 51.224.056/0001-60
NIRE 41300321841

1ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

oitocentos e sessenta mil, quinhentos e sessenta e oito) ações ordinárias, no valor de R\$ 0,7637 cada ação ordinária. O aumento de **R\$ 11.339.881,46 (onze milhões, trezentos e trinta e nove mil, oitocentos e oitenta e um reais e quarenta e seis centavos)** se dá mediante a cessão e transferência onerosa realizada pela acionista Embpar Participações S/A da totalidade de sua participação societária na Cotrasa Veículos e Serviços Ltda., sociedade empresária limitada unipessoal, com sede, foro e domicílio na Cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, na Alameda Bom Pastor, nº. 2.094, Bairro Ouro Fino, CEP 83015-140, inscrita no CNPJ nº. 24.951.802/0001-45 para a Cotrasa Participações S/A, através da 22ª Alteração de Contrato Social. Com o aumento de capital aqui estabelecido a Embpar Participações S/A retira-se da Cotrasa Veículos e Serviços Ltda., passando a Companhia a ser a detentora da integralidade das quotas sociais daquela Sociedade. 6.4. Em decorrência do aumento de capital acima deliberada, foi aprovada pela totalidade dos acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia a fim de contemplar o novo valor do seu capital social, o qual passa a vigorar com a seguinte redação: *“Art. 5º - A sociedade tem o capital social de R\$ 11.349.881,46 (onze milhões, trezentos e quarenta e nove mil, oitocentos e oitenta e um reais e quarenta e seis centavos) divididos em 14.860.568 (quatorze milhões, oitocentos e sessenta mil, quinhentos e sessenta e oito) ações ordinárias, no valor de R\$ 0,7637 cada ação ordinária.”*

1. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, a ata foi lida e aprovada pelos presentes, assinada pelo Presidente e pela Secretária da Mesa, e pelos acionistas presentes.

8. ASSINATURAS: Presidente: Luciano Ribas Battistella. **Secretário:** Maurício Valente Battistella. **Acionistas presentes:** Embpar Participações S/A. Certifico que a presente Ata é cópia fiel da transcrição das páginas nº 37 e 38 do Livro de "Atas de Assembleias Gerais", nº 01 escriturado na forma facultada pelo Artigo 12º, Inciso I da Instrução Normativa nº 11 de 05 de dezembro de 2013, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC.

São José dos Pinhais, 31 de julho de 2023.

Maurício Valente Battistella
Presidente

Luciano Ribas Battistella
Secretário

COTRASA PARTICIPAÇÕES S/A
CNPJ/MF Nº 51.224.056/0001-60
NIRE 41300321841

1ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa COTRASA PARTICIPACOES SOCIEDADE ANONIMA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
21538766809	MAURICIO VALENTE BATTISTELLA
69938490972	LUCIANO RIBAS BATTISTELLA



CERTIFICO O REGISTRO EM 05/09/2023 17:35 SOB Nº 20236327852.
PROTOCOLO: 236327852 DE 05/09/2023.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12313205943. CNPJ DA SEDE: 51224056000160.
NIRE: 41300321841. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 05/09/2023.
COTRASA PARTICIPACOES SOCIEDADE ANONIMA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br